



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

REDE UFES – RIO DOCE

*Relatório de pesquisa de campo sobre os ribeirinhos do
Baixo rio Doce após o rompimento da barragem de
rejeitos de Fundão (Samarco/VALE/BHP)*

Julho
2016

RIBEIRINHOS DO BAIXO RIO DOCE

Relatório de pesquisa de campo sobre os ribeirinhos do Baixo rio Doce após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (Samarco/VALE/BHP)



Julho de 2016

Para citar este relatório:

LEMM – Laboratório de Estudos do Movimento Migratório. LEIDETEC – Laboratório de Estudos de Identidades e Tecnociência. GIAIA – Grupo Independente para Avaliação do Impacto Ambiental. Ribeirinhos do Baixo rio Doce - Relatório preliminar. Janeiro/ Julho. Mimeo. 2016

Autoria:

Maria Cristina Dadalto (Coordenadora do relatório) – Professora de Sociologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

Bianca Pavan Piccolli (Coordenadora de Pesquisa de Campo) – Pesquisadora do LEMM e do GIAIA.

Artur Monteiro - Pesquisador e Ilustração.

Douglas dos Santos - Graduando em Ciências Sociais (UFES).

Leonardo Nunes Aranha – Graduando em Ciências Sociais (UFES).

Vladimir Ospina – Arquiteto e Desenhista.

Colaborações específicas:

Karina Abreu – Produção e edição de documentário.

Gabriel Lordêllo/Mosaico Imagens – Fotografias.

Giseli Mota - Produção e edição de documentário.

Manoel S. Pereira – Ilustração.

Pedro Cavalcante - Produção e edição de documentário.

Tadeu Bianconi/Mosaico Imagens – Fotografias.

Apoio:

Patrícia Pavesi – Professora de Antropologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

Sônia Missagia Matos - Professora de Antropologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

LEMM/LEIDETC

Av. Fernando Ferrari, 514 — Campus Universitário
de Goiabeiras

CEP: 29075-910 — Vitória – Espírito Santo

<http://lemm.ufes.br> lemm@ufes.br

GIAIA

<http://giaia.eco.br> giaia.riodoce@gmail.com

ETAPAS E PESQUISADORES ENVOLVIMENTOS NA PESQUISA DE CAMPO:

CARTOGRAFIA DE RIBEIRINHOS DO RIO DOCE: Janeiro de 2016

Artur Monteiro – Pesquisa de campo e Ilustração

Vladimir Ospina – Pesquisa de campo e Ilustração

Coordenação: Bianca Pavan Piccoli – Pesquisadora GIAIA/LEMM/LEIDTEC-UFES

EXPEDIÇÕES AO BAIXO RIO DOCE: Abril a Julho de 2016

Pesquisa de Campo e Fotografias:

Bianca Pava Piccoli

Douglas dos Santos

Leonardo Aranha Nunes

Coordenação de Pesquisa de Campo:

Bianca Pavan Piccoli

Orientação Metodológica:

Sônia Missagia Matos – LEIDTEC – UFES

Patrícia Pereira Pavesi – LEIDTEC - UFES

Coordenação Geral:

Maria Cristina Dadalto – Coordenadora LEMM/LEIDTEC-UFES

Agradecimentos

A construção desse registro pertence a muitos autores. Então, agradecer é pouco: citamos o GIAIA, através dos biólogos Dante Pavan e Flavia Bottino; ICMBIO/TAMAR, através de Nilamon de Oliveira Leite Júnior; Flavia Duque Brasil e Manoel Pereira, que com pó de minério e terra ilustraram nossa trajetória; aos moradores de Resplendor, em especial Esequiel; Terezinha, MST/Valadares; moradores de Mascarenhas e Monique; moradores de Itapina e Eduardo Castiglioni, Valdir Castiglioni Junior, João Castiglioni, ao "Ferro Velho", a Dina; moradores de Maria Ortiz e Fatin e sua família; moradores de Regência e Elizangela, Bruna, Claudia, Julio, Ivan, as crianças Maria Luiza, Ravi, Raissa, Eduardo, a Pousada Vila Sergio; as estudantes Isabela Piccoli e Pietra Piccoli e principalmente a todos os ribeirinhos.

Figura 1: O rio Doce e o amargo dos rejeitos



Ilustração de Manoel S. Pereira¹

¹ Ilustração de Manoel S. Pereira produzida exclusivamente para este trabalho. 13/06/16

Sobre a pesquisa

No dia 05 de novembro de 2015 a barragem de rejeitos de minério de ferro de Fundão, situada no município de Mariana, em Minas Gerais, rompeu provocando muita destruição. A barragem era utilizada pela Samarco Mineração para beneficiar o minério, aumentando seu teor de ferro, para depois exportá-lo. Fundada em 1977, a Samarco é uma empresa de capital fechado controlada pelas duas maiores mineradoras do mundo: a BHP Billiton Brasil Ltda e a Vale S.A.

Foto 1: Chegada dos rejeitos no mar em Regência

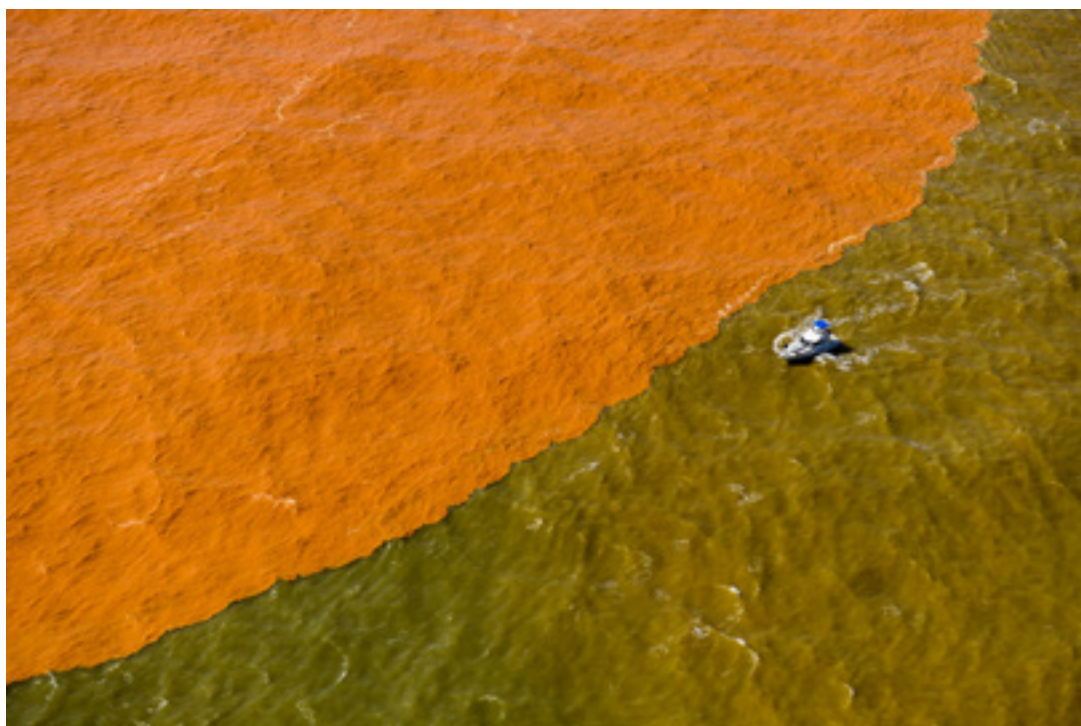


Foto: Tadeu Bianconi e Gabriel Lordêllo²

Com o rompimento um mar de lama de imediato atingiu o distrito de Bento Rodrigues, localizado a 15 km do centro de Mariana, e seguiu afetando outras localidades ao longo dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo até desaguar no mar, na Foz do rio Doce. Nesse acontecimento, considerado o maior desastre ambiental ocorrido no Brasil e no mundo, pessoas e animais foram mortos; casas, nascentes, plantações e extensas áreas verdes foram destruídas. São danos ambientais, sociais, culturais e emocionais ainda não completamente dimensionados.

Neste sentido, esta pesquisa objetivou a produção de um arquivo oral e visual com ribeirinhos residentes em comunidades localizadas no Espírito Santo – Regência (Linhares), Maria Ortiz e Itapina (Colatina) e Mascarenhas (Baixo Guandu) – afetadas pelo rompimento da barragem

² Foto: Tadeu Bianconi e Gabriel Lordêllo - Exposição "Watu – Rio Doce". Disponível em: http://www.mosaicoimagem.com.br/clientes/watu_riodoce_mosaico_imagem_01/content/watu_rio_doce_mosaico_0019_large.html Acesso em: agosto de 2016.

da Samarco. A proposta desta pesquisa com os ribeirinhos do baixo Doce foi construída por meio do desenvolvimento de um estudo de percepção, utilizando a realização de entrevista de história oral.

Ressalta-se, porém, que num primeiro momento a pesquisa contou com uma expedição de visita a pequenas comunidades localizadas na margem do rio no percurso entre o Espírito Santo e Minas Gerais. Os relatos do caderno de campo e a ilustração cartográfica produzida estão aqui também apresentados.

Esta pesquisa é uma parceria entre o GIAIA (Grupo Independente para Análise do Impacto Ambiental) – formado por pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento – e a UFES (Universidade Federal do Espírito Santo). O GIAIA atua organizado por distintos Grupos de Trabalhos e visa levantar dados do impacto do desastre ambiental nos diferentes subsistemas ecológicos, para assim integrá-los e fornecer uma visão integradora dos aspectos ambiental, social e econômico frente à nova conjuntura de deterioração da bacia do rio Doce. A UFES através do LEMM – Laboratório de Estudos do Movimento Migratório – e do LEIDTEC – Laboratório de Estudos Identitários e de Tecnociência – objetiva produzir pesquisas acadêmicas articulando questões da mobilidade humana, memória e identidade.

Nesta direção, a realização desta pesquisa se constitui por meio das narrativas dos moradores da região, bem como pela produção de registros orais e visuais efetuados durante as visitas de campo/expedições. As expedições aconteceram em várias etapas: a primeira em janeiro de 2016, contou com a participação específica de Artur Monteiro e Vladimir Ospina, sob a coordenação de Bianca Piccoli. Na primeira etapa Artur e Vladimir percorrem 21 comunidades entre Regência e Mariana, objetivando conhecer toda a extensão da tragédia.

Nos meses seguintes, entre abril e julho, mais expedições ocorreram, com o suporte de campo de novos pesquisadores: Douglas dos Santos, Leonardo A. Nunes, sempre com a coordenação de campo de Bianca Piccoli. Porém nesta segunda etapa o objetivo de trabalho de campo foi exclusivo em quatro comunidades do baixo rio Doce: Regência, Maria Ortiz, Itapina e Mascarenhas. Elegemos estas comunidades em função do tamanho do grupo de pesquisa, o recurso financeiro disponível e a impossibilidade de acompanhar todas as comunidades ribeirinhas.

A construção desta pesquisa se constitui, assim, com o propósito de apreender os ribeirinhos como protagonistas ativos de um processo histórico, portanto, sujeitos capazes de agir, de organizar estratégias, de fazer escolhas e de tomar decisões. Concomitantemente à pesquisa, o projeto criará um acervo com as fontes orais, visuais e escritas coletadas, que ficará sob a guarda do LEMM/UFES, e disponibilizados ao público.

A Equipe de pesquisa

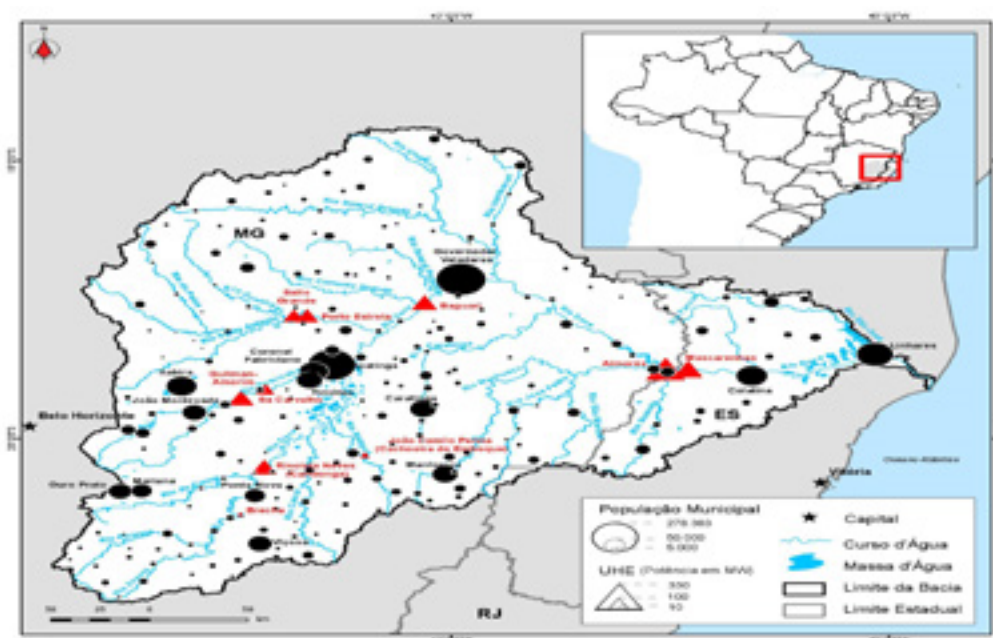
SUMÁRIO

1. Metodologia	P. 8
2. Primeira Expedição	P. 15
3. Cartografia do Doce, por Artur Monteiro e Vladimir Ospina	P. 16
3.1. Areal	P. 18
3.2. Entre Rios	P. 18
3.3. Regência	P. 19
3.4. Acampamento MST Índio Galdino	P. 20
3.5. Assentamento MST Sezínio Fernandes Jesus	P. 21
3.6. Humaitá	P. 21
3.7. Baptista	P. 22
3.8. Córrego da Boa Sorte	P. 22
3.9. Terra Indígena Krenak	P. 23
3.10. Conselheiro Pena	P. 23
3.11. Barra do Cuieté	P. 24
3.12. São Tomé do Rio Doce	P. 25
3.13. Assentamento CPT Cachoeirinha	P. 26
3.14. Derribadinha	P. 27
3.15. Naque	P. 27
3.16. Ibabinha	P. 28
3.17. Volta do Revólver	P. 28
3.18. Califórnia	P. 29
3.19. Barbosa	P. 30
3.20. Camargos	P. 30
3.21. Paracatu de Baixo	P. 31
4. Expedições no baixo rio Doce	P. 33
4.1. Mascarenhas	P. 34
4.2. Itapina	P. 41
4.3. Maria Ortiz	P. 45
4.4. Regência	P. 49
5. Relato incomum: Ribeirinhos e a sobrevivência	P. 53
6. À guisa da conclusão	P. 55
7. Referências	P. 57

1. Metodologia

É na Serra da Mantiqueira, no município de Ressaquinha, em Minas Gerais, que nasce o rio Doce. Suas águas percorrem trajeto sinuoso de 879 quilômetros, passando por 228 municípios – com aproximadamente 3,5 milhões de habitantes –, até desaguar no Oceano Atlântico, em Linhares, Espírito Santo. As cidades com mais de cem mil habitantes são Governador Valadares (278.363) e Ipatinga (257.345), em Minas Gerais, e Colatina (122.646) e Linhares (163.662) no Espírito Santo (IBGE, 2010). A maioria dos municípios (85%) conta com até 20 mil habitantes.

Figura 2: Mapa da Bacia Hidrográfica do rio Doce



Fonte: ANA - Agência Nacional de Águas³

As atividades econômicas dos moradores ao longo da bacia são diversificadas, mas predominam a agricultura, as lavouras de café, de cana-de-açúcar e a criação de gado. A bacia é constituída por um território marcado por uma rica biodiversidade: 98% se localizam no bioma de Mata Atlântica e o restante de cerrado.

Também, o maior complexo siderúrgico da América Latina está situado às margens do rio Doce, com a presença de empresas mineradoras, indústrias de celulose e aproximadamente 3.600 indústrias de diversificadas atividades (CBH-DOCE, 2014). Dentre estas empresas, a Samarco, cuja intensa atividade produtiva de exploração e extração do minério de ferro ocorre nos estados brasileiros do Espírito Santo e de Minas Gerais.

³ Encarte Especial sobre a Bacia do Rio Doce: Rompimento da Barragem em Mariana/MG. Conjuntura dos Recursos Hídricos do Brasil. Informe 2015.

A extensão do dano provocado pelo derramamento do rejeito alcançou o Oceano Atlântico, através do mar da vila de Regência – Linhares, onde se situa a foz do rio Doce. O rejeito se espalhou no litoral do estado do Espírito Santo, sentido sul, mas dispersou-se também no sentido norte, pois manchas de lama foram detectadas nas proximidades do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, sul da Bahia.

Marcus Vinícius Polignano (2016) considera que a dimensão do estrago ambiental provocado por este acidente, em princípio, é imensurável. A avalanche de lama despejou cerca de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos, cuja densidade por si é altamente impactante. Por todos os lugares onde a lama passou, causou danos sociais e ambientais.

Para Polignano (2016), a lama de rejeitos da Samarco devastou – já que arrebentou tudo que estava pela frente –; impactou, porque se consolidou; e não foi passageira, espalhando-se ao longo de todo o trajeto do Doce. Sobre o desastre, afiança Polignano (2016): “ou começamos outro modelo ou vamos continuar enterrando biodiversidades, pessoas e histórias.”. Esse vazamento será uma cicatriz da questão ambiental do país e dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, além de ser um alerta para que realmente as políticas ambientais estejam comprometidas com a vida e com o meio ambiente.

Foto 2: A cor laranja selada pelo rejeito



Foto: Arquivo GIAIA/LEMM⁴

4 Foto: Governador Valadares/MG. Fotografia produzida em fevereiro de 2016.

Segundo Flavia Bottino⁵, pesquisadora do GIAIA, o rejeito deixou um rastro de metais ao longo do rio: ferro, alumínio, manganês, cobre, chumbo, cromo, arsênio, selênio e etc. Todos esses metais foram analisados principalmente na fração dissolvida utilizando-se espectrofotômetro de emissão atômica com plasma indutivamente acoplado em laboratório na Universidade de Brasília. Os resultados foram comparados com a resolução CONAMA 357 de 2005, a qual estabelece padrões para os cursos de água de acordo com os seus usos. As águas de abastecimento coletadas em poços na região de Regência também apresentaram contaminação no que diz respeito a alumínio, ferro, manganês e arsênio.

Flávia Bottino assegura que os dados foram comparados com a Portaria 2914 que estabelece padrões de potabilidade para consumo humano. Porém documentos oficiais ambientais de iniciativa de órgãos ambientais referentes à situação da água do rio Doce, ainda não haviam sido disponibilizados,⁶ dificultando acesso às informações necessárias as comunidades atingidas.

Foto 3: Foz do rio Doce



Foto: Arquivo GIAIA/LEMM⁷

Neste sentido, avalia que a redução das condições de vida dos organismos aquáticos tende a ser fortemente influenciada por alterações no ambiente terrestre adjacente, o que incide

⁵ Doutora em Engenharia Hidráulica e Saneamento pela Escola de Engenharia de São Carlos (USP). Entrevista realizada no dia 30 de maio de 2016.

⁶ Entrevista realizada no dia 30 de maio de 2016.

⁷ Foto: Regência – Linhares/ES Fotografia produzida em 03/05/2016.

diretamente na redução da diversidade biológica. Para Flavia Bottino, perceber-se no Doce que um material mais denso e de coloração mais escura (marrom) está sendo depositados nas margens, podendo causar assoreamento e dificultar o reestabelecimento da vegetação ripária, por exemplo. Na estação chuvosa esse material pode descer pelo leito do rio, assim como toda a lama que tomou as margens, realimentando o quadro de contaminação.

Resta esclarecer que o Doce é um dos principais rios capixaba, juntamente com o São Mateus, o Itaúnas, o Itapemirim e o Jucu. Os cinco integram as Bacias Costeiras do Sudeste. No Espírito Santo cerca de 40% do território⁸ é composto por uma extensa planície (Planícies e Tabuleiros Costeiros), predominando no interior as serras (Serras e Planaltos de Leste-Sudeste). O bioma (domínio morfoclimático) do estado são os chamados "Mares de Morros" caracterizados pela vegetação tropical, em climas mais amenos, formados por serras fortemente erodidas.

Estudiosos sistematizaram o rio Doce dividindo-o em três regiões, apesar de diferenças nas delimitações: Alto Curso – região compreendida entre as cabeceiras e a foz do rio Matipó; Médio Curso – entre a confluência com o rio Matipó e a divisa dos estados de MG/ES; e Baixo Curso – da divisa dos estados até a foz. A maioria dos estudos disponíveis em literatura referente à composição e distribuição das espécies na bacia do rio Doce se concentra no seu curso médio, em Minas Gerais (VIEIRA, 2006).

Cabe destacar que a região do baixo rio Doce é a única onde foram encontradas espécies invasoras marinhas. Sendo estas consideradas importantes recursos para a atividade de pesca tanto esportiva como profissional, assim como espécies exóticas, que também são amplamente exploradas pela pesca em detrimento das espécies nativas (ALVES, 2007).

A preservação das espécies ou estoques requer conhecimentos tanto biológicos dos peixes, quanto ambientais, sociais, econômicos e culturais dos pescadores (COWX & GERDEAUX, 2004). Uma vez que são estes sujeitos que entendem das dinâmicas dos recursos pesqueiros utilizados, bem como sobre o estoque diretamente relacionado ao petrecho e ao padrão espacial de exploração. Os conhecimentos dos próprios pescadores, tanto a respeito da abundância do recurso, quanto dos impactos que eles mesmos geram, é um recurso primário de informação (CAMARGO & PETRERE, 2001; MACKINSON & NOTTESTAD, 1998).

De acordo com os relatos dos ribeirinhos entrevistados e baseando-se no inventário do acervo do MBML (Museu de Biologia Prof. Mello Leitão), foram localizadas 44 espécies nativas e exóticas para a ictiofauna local, sendo que 33 espécies nativas foram registradas, representando 75% dos peixes descritos no trecho do Baixo rio Doce. Entre estas, estão as famílias Anostomidae, Characidae, Curimatidae e Prochilodontidae da ordem Characiformes, com hábitos alimentares diversificados (herbívoros, onívoros e carnívoros). Dentre os Siluriformes destacam-se os da família Loricariidae, conhecidos como Cascudos, ou os Bagres de couro das famílias Auchenipteridae, Ariidae e Pseudopimelodidae.

Algumas espécies marinhas comercializadas localmente no Baixo rio Doce são trazidas de

⁸ A área total do estado é 46.078 km².

pesqueiros próximos à foz do rio Doce. Este grupo inclui muitas espécies de ecossistemas costeiros. Dentre estas estão a Sardinha (*Sardinella* Janeiro), a Manjuba (*Anchoviella* Lepidentostole), e a Tainha (*Mugil* Curema e M. Liza). Além das espécies de maior valor comercial, como o Robalo e a Corvina, das famílias Centropomidae e Sciaenidae respectivamente (CAMARGO & PETRERE, 2001; MACKINSON & NOTTESTAD, 1998).

Também foram identificadas 11 espécies introduzidas ou exóticas representadas pelos grupos Characiformes, Perciformes e Siluriformes. Na ordem Cypriniformes é encontrado apenas uma espécie, a Carpa-capim *Ctenopharyngodon* Idella, a qual os pescadores dão o nome apenas de "Carpa"; a Curimbá (*Prochilodus* Costatus) também é uma espécie introduzida. Segundo o relato dos pescadores, houve o cruzamento destas espécies causando o desaparecimento da Grumatã, que é o peixe nativo (*Prochilodus* Vimboides) (CAMARGO & PETRERE, 2001; MACKINSON & NOTTESTAD, 1998).

Surge a questão, como os ribeirinhos – sujeitos que têm suas identidades, experiências de vida e memória social solapadas no centro deste desastre –, se percebem e vivenciam este processo de destruição e desordenamento de cotidiano e hábitos sociais, culturais e das atividades econômicas? Para buscar apreender este processo, esta pesquisa elegeu como recorte quatro comunidades nas três cidades capixabas que foram atingidas pela lama de rejeitos da Samarco Mineração. A saber: Mascarenhas, em Baixo Guandu, Itapina e Maria Ortiz, em Colatina e Regência, em Linhares. Nestas quatro comunidades foram entrevistados 34 ribeirinhos, sendo 6 em Mascarenhas, 10 em Itapina, 7 em Maria Ortiz e 11 em Regência.

O recorte se deve ao fato de que nestas comunidades o rio é um lugar vivido de forma intensa e diversificada pelos ribeirinhos. É o rio o nosso ponto de partida para buscar compreender as relações que os ribeirinhos estabelecem com o lugar em que vivem, considerando-o tanto como palco de histórias e ações passadas quanto de histórias e ações presentes.

Nesta direção, o estudo da subjetividade, ou da relação do usuário com o meio em que vive, o meio ambiente é uma tendência de pesquisas desenvolvidas no campo da percepção ambiental. Por isso estamos muito atentos ao debate teórico e metodológico promovido pela Nova Geografia. Com base nesta disciplina e tal como o faz Reigotta (2001), o meio ambiente é definido nesta pesquisa de modo amplo, incorporando tanto o sentido físico natural, quanto o sociocultural – ou tanto a natureza, quanto o ser humano.

Para Reigotta (2001), uma reflexão sobre o meio ambiente jamais poderia estar longe da prática política, ou seja, de um processo educativo para a construção da cidadania, da participação e do sentimento de pertencimento. Iniciando com ele, tomamos o meio ambiente nessa pesquisa como um lugar determinado e/ou percebido, onde os aspectos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em constante interação.

“Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica, e processos históricos e políticos de transformação na sociedade”, assegura Reigotta (2001). Portanto, quando nos referimos ao meio ambiente está implícito o humano. Da mesma forma, quando nos

referimos ao humano, está implícito o meio ambiente. A interação homem-meio ambiente é íntima e efetiva.

Definimos *percepção* pelas sensações dadas pelos órgãos sensoriais e, principalmente, ao que a nossa mente atribui significado. Para White (1977), a percepção ambiental inclui a percepção sensorial mais a cognição. É o conhecimento e o entendimento que os seres humanos têm do meio em que vivem, com a influência dos fatores sociais e culturais. Como algo sempre inerente a toda atividade humana, a percepção pode permitir uma compreensão das interações entre homens e meio ambiente.

Enfim, existe um meio ambiente no espírito dos homens. Esse *meio mental* abrange o que se constitui de sol e de chuva, de tijolos e de argamassa, de paisagens, de pessoas e de coisas. Para o homem, ele é tão real quanto o meio natural, embora ele exista apenas sob a forma de percepções, de conhecimentos, de atitudes, de crenças e de comportamentos.

Tomamos, também, como referência em nossos estudos, os quadros teóricos de Lynch (1988) e Tuan (1983). Para Lynch (1988) as pessoas elaboram as mais variadas imagens do ambiente. No entanto, parece existir uma coincidência de imagens formadas por pessoas de um mesmo grupo (constituído por idade, sexo, cultura, ocupação, temperamento ou familiaridade). Esse consenso de imagens de um número considerado de sujeitos é considerado por ele como imagem pública impregnada de significações.

Em Tuan (1983), é necessário que estejamos atentos aos conceitos de *topofilia*, *topofobia* e *lugares valorizados*. Esse autor destaca a importância da noção de lugar, em comparação com a de espaço, para a afetividade humana. Os seres humanos necessitam de ambos porque suas vidas se processam num movimento de dependência e liberdade. O que se inicia como espaço indiferenciado pode se tornar um lugar na medida em que o conhecemos mais intimamente, ou seja, quando através da dimensão afetiva, dotamos-lhe de valor e lhe atribuímos significado.

Os lugares mais valorizados pelas pessoas são os que mais detêm o sentimento topofílico – o *amor humano ao lugar*. Também os espaços dotados de valor podem expressar o sentimento oposto, o de aversão, que é definido como topofobia, e que produz a imagem de medo. Tuan (1983) dá especial atenção aos conceitos de espaço e lugar através da experiência construída do significado e do valor neles inscritos. Para ele, a experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através da qual uma pessoa conhece e constrói a realidade. “Essas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, o paladar, o tato, até a percepção visual ativa e a maneira direta de simbolização.” (TUAN, 1983).

Tuan (1983) afirma, também, que é importante conhecer a herança biológica, a criação, a educação, o trabalho e o bairro de uma pessoa para compreender sua percepção ambiental, afirmando ser improvável distinguir entre os fatores culturais e o papel do meio ambiente físico. Uma pessoa é um organismo biológico, um ser social e um indivíduo único. Mas, “a maioria das pessoas, durante suas vidas fazem pouco uso de seus poderes perceptivos. A

cultura e o meio ambiente determinam em grande parte quais os sentidos são privilegiados." (TUAN, 1983).

Neste sentido, como os ribeirinhos percebem o desastre ambiental provocado pela Samarco? Como suas vidas foram afetadas e como ordenam seu cotidiano passados meses deste evento que alterou o modo como constituíam seus cotidianos, lazer, economia? Estas questões são a centralidade deste relatório, cujo objetivo é ser um primeiro referencial, retrato de um momento da vida dos ribeirinhos, para o desdobramento de novas pesquisas em curso pelo grupo do LEMM e do LEIDTEC em parceria com o GIAIA.

Figura 3: Barcos no porto de Regência

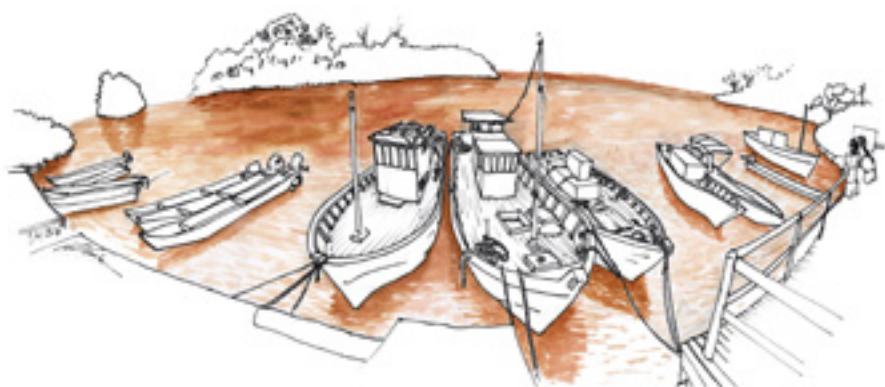


Ilustração: Artur Monteiro⁹

⁹ GIAIA. 20 de janeiro de 2016

2. Primeira expedição

Entre os dias 07 a 20 de janeiro de 2016 foi realizada a primeira expedição de campo começando pela comunidade de Areal, em Linhares. Em todo o percurso, nas conversas com a população, o registro mais intenso observado foi o de que para os ribeirinhos o rio Doce é um lugar vivido de forma intensa e diversificada. De modo que o texto apresentado nesta seção contém o relato das atividades de campo realizadas por Artur Sgambatti Monteiro e por Vladimir Alejandro Ospina, sob a orientação metodológica de Bianca Pavan Piccoli.

Figura 4: O rio que sangra no mar



Ilustração Artur Monteiro¹⁰

Artur e Vladimir partiram em uma moto num percurso de visita a 21 comunidades ribeirinhas afetadas pelo desastre da Samarco. O resultado desta expedição está aqui narrado tanto por meio das ilustrações produzidas pelos dois pesquisadores quanto por meio da reprodução do caderno de campo.

A proposta desta expedição foi inventariar o Doce, em toda sua extensão, tendo como objetivo conhecer as diferenças econômicas, ambientais e as práticas culturais dos ribeirinhos. Dessa forma, entrevistavam ribeirinhos residentes em comunidades localizadas ao longo do rio e, ao mesmo tempo, produziam desenhos sobre o que observavam, constituindo-se numa importante representação daquele período.

¹⁰ GIAIA. 20 de janeiro de 2016

3. Cartografia do Doce, por Artur Monteiro e Vladimir Ospina

Nos 800 km de extensão do rio Doce localizam-se dezenas de cidades e outras tantas centenas de pequenas comunidades; desse modo, foi impossível visitar a todos na expedição. Limitações de cunho pessoal, tempo, orçamento e da própria extensão do território pretendido nos induziram a um recorte socioespacial bastante específico, apesar de significativo. Com a intenção de captar nuances dos ribeirinhos diretamente afetados pelo desastre optamos por adotar metodologia de varredura seletiva ao longo do rio.

Comunidades populacionais com mais de 1.500 habitantes não foram inventariados, assim como sedes de municípios. A intenção era obter uma descrição das comunidades que mantêm atividades de caráter tradicional. Por outro lado, pequenos agrupamentos também não foram levantados, fato que obrigaria o levantamento de casas isoladas. Adotamos o limite mínimo de cinco casas por comunidade como restritivo.

A expedição percorreu cerca de 2.100 km, sendo 1.200 km diretamente nas margens do Doce. A experiência pode ser aqui descrita como ampla em sua magnitude e enriquecedora em sua prática. Ao longo das duas semanas visitamos 21 localidades de diversificadas realidades, tanto no que se refere à estrutura social, quanto em relação aos moradores ribeirinhos com o rio. Percorremos assentamentos do MST e da CPT, acampamentos do MST, vilas de pescadores, comunidades rurais e até vilas que se tornaram lama nas cercanias de Mariana.

Com a finalidade de nos aproximarmos física e sensivelmente do rio e da dura realidade posta pelo desastre da Samarco, bem como a de facilitar nosso acesso a comunidades mais isoladas, optamos por fazer o trajeto com uma motocicleta Honda Sahara NX350. Apesar dos contratempos e dos desgastes decorrentes desse meio de transporte, a motocicleta nos permitiu realizar todo o percurso projetado que se encontrava, em sua vasta maioria, a poucos metros do corpo hídrico.

Ainda com a intenção de captar nuances não perceptíveis por entrevistas, relatos e fotografias, realizamos levantamento imagético em caneta nanquim e aquarela. Tal coleção de ilustrações do rio Doce, para além de esteticamente agradáveis, permitem narrativas diferenciadas e conduzem o leitor pelo abstrato dessa linguagem para novas fronteiras de percepção.

Acreditamos que a criatividade também está a cargo de quem interpreta as imagens; o formato não direto de comunicação do desenho exige criatividade por parte do leitor e facilita não apenas o devido entendimento da realidade. Mas insere de maneira mais fluida os embates observados. Os desenhos permitem, ainda, a evidenciação dos relatos levantados e empodera os povos sem voz do Doce.

Em nossa expedição percorremos o rio pelas suas margens. A intenção era a de promover

maior celeridade nos trabalhos de campo; optamos por percorrer a margem mais povoada do rio. Tal decisão restringiu a possibilidade de produzir levantamentos nas proximidades das vias principais. Assim os trechos levantados foram os seguintes:

Margem esquerda do rio: Entre Regência e Linhares; entre Itapina e Resplendor; entre Conselheiro Pena e Governador Valadares; entre Ipaba e São José do Goiabal; e entre rio Doce e Mariana. Margem direita do rio: Entre Linhares e Itapina; entre Resplendor e Conselheiro Pena; entre Governador Valadares e Ipaba; e entre São José do Goiabal e rio Doce.

Figura 5: O rio vermelho como larva banha os pés da ponte



Ilustração Artur Monteiro¹¹

O trecho compreendido entre os municípios de Itapina e Resplendor foi inventariado preteritamente à primeira expedição. Também cabe esclarecer que num trecho do Doce não foi possível realizar a expedição devido as fortes chuvas no período, bem como por causa da intensa presença de lama decorrente do rompimento da barragem e que ficou depositada em suas margens. Estes dois fatores impossibilitaram o trânsito pela região compreendida entre rio Doce e Paracatu de Baixo. Assim, não pudemos visitar Barra Longa.

Para a produção das ilustrações estabelecemos o seguinte procedimento: um dos membros da equipe se encarregava da entrevista com os moradores das localidades e o outro realizava, sempre que permitidos pelo interlocutor, desenhos diretamente do local onde as entrevistas eram efetuadas.

Abaixo apresentamos os relatos reproduzidos em nosso caderno de campo após a realização das entrevistas com os moradores. Aqui descrevemos nossas percepções das comunidades

¹¹ GIAIA. 20 de janeiro de 2016.

no momento da pesquisa no que diz respeito a sua natureza social, econômica, cultura e ambiental. Isto feito tanto por meio das ilustrações quanto da escrita da história.

3.1. Areal

A visita a Areal aconteceu no dia 07 de janeiro pela manhã. O distrito se localiza próximo a Regência. É pequeno e está a uma distância de pouco mais de 200 metros do rio Doce, de onde os moradores retiravam a água para consumo e irrigação de culturas que ali produziam.

Ao redor da comunidade foram instaladas dezenas de poços de petróleo, denominados localmente como “cavalinhos”; diversos deles se encontram próximos a ruas e fazendas. A vila é constituída por pouco mais de 45 famílias, em sua maioria descendente de indígenas. As entrevistas realizadas foram conduzidas com membros da família Barcellos.

À época da visita as crianças apresentavam escoriações na pele, problema que os pais atribuíam a um possível contato com o rio. Poucos dos moradores eram pescadores tradicionais, embora a maior parte da população praticasse a pesca esporadicamente. Verificamos, e ouvimos dos entrevistados, completa ausência de ação governamental na área, mas suporte de abastecimento de água por parte da Samarco a intervalos esporadicamente maiores, de acordo com os moradores.

Figura 6: O homem e a água que mata a sede e alimenta a plantação



Ilustração Artur Monteiro¹²

3.2. Entre Rios

Partimos de Areal, no dia seguinte, para o Distrito de Entre Rios. Lá, por intermédio e suporte da família de Milton, criou-se a Associação Tradicional Ribeirinha da Foz do Rio Doce (ATRFDRD). Esta comunidade também se encontra localizada a poucas dezenas de metros do Doce e as

¹² GIAIA. 10 de janeiro de 2016.

atividades dependiam por completo do rio: água para consumo, irrigação, dessedentação de animais, lazer e a pesca faziam parte das práticas dos moradores. No período da visita eles recebiam da Samarco água para irrigação, para consumo humano e dos animais, mas em volume consideravelmente menor que aquele obtido no Doce.

A comunidade se estabeleceu no lugar tempos depois que uma grande fazenda de cacau da região faliu. Os moradores, em sua maioria trabalhadores da antiga fazenda, produziam hortaliças, frutas e verduras que eram comercializados em Linhares e em Regência, sobretudo. Contam com o suporte do INCRA em processo de regularização fundiária.

Figura 7: Moradores à espera de uma solução



Ilustração Artur Monteiro¹³

3.3. Regência

Ainda no dia 10 de janeiro seguimos viagem para Regência, vila localizada na margem direita da foz do Doce. Regência possui cerca de 1000 moradores e se tornou um dos principais locais de atenção e destaque na mídia, tendo em vista ser o ponto de encontro do Doce com o mar. A entrevista foi conduzida com o professor e articulador social Hauley Valim, que nos forneceu informações de caráter cultural, étnico, social, ambiental e econômico dos acontecimentos na foz do rio.

¹³ GIAIA. 11 de janeiro de 2016.

Figura 8: O surfe entre a cultura e o turismo, o esporte e o lazer



Ilustração Artur Monteiro¹⁴

Todos – surfistas, salva-vidas, pescadores, donos de pousada e comerciantes – dependem do rio. Aliás, além das atividades tradicionais, parte do movimento socioeconômico se deve ao turismo, completamente abalado após o desastre ambiental. A Samarco fornece água e, como em algumas outras comunidades ao longo do Doce, cartões de auxílio financeiro no valor de um salário mínimo. Observamos que havia ingerência e arbitrariedade na concessão dos cartões, problema verificado em outras comunidades ao longo do rio, o que avaliamos como fator que promove a desarticulação social.

3.4. Acampamento MST Índio Galdino

No dia 11 pela manhã seguimos para Linhares pela margem direita do rio Doce. Viajamos observando diversas e antigas fazendas de cacau, algumas inclusive abandonadas. Por vezes encontrávamos famílias em pequeno número. Aproximadamente a 4 km a sudoeste de Linhares, exatamente na beira da rodovia, encontra-se o acampamento do MST Índio Galdino. Ali, cerca de 12 famílias, com presença maciça de mulheres, crianças e idosos, vivem em pequeno descampado em barracos de madeira e lona.

Residindo há poucos anos no local, os moradores desta comunidade foram afetados pelo rejeito de lama que percorre o Doce. No rio pescavam para consumo próprio, mas o Doce era, ao mesmo tempo, lugar alternativo de lazer. Eles não conseguiram obter, até o período da visita, qualquer tipo de assistência do governo ou da Samarco, mas recebem suporte da prefeitura de Linhares.

¹⁴ GIAIA. 20 de janeiro de 2016.

3.5. Assentamento MST Sezínio Fernandes Jesus

Cerca de 30 km após o acampamento se avista algumas casas à direita da rodovia. Entre elas uma pequena via dá acesso ao assentamento do MST Sezino Fernandes Jesus, ali estabelecido há alguns anos e que conta com mais de 100 famílias. São elas as responsáveis por ampla produção agrícola (cacau, principalmente) e de laticínios, que são vendidos nas proximidades. Os moradores utilizam água coletada de lagoas no interior do terreno onde vivem e de alguns poços artesianos. Contudo, há presença de famílias residentes próximas ao Morro dos Cabritos e que faziam uso da água do rio Doce.

Relataram que na ocasião em que a pluma de contaminação se aproximava da região, apesar de a maioria ser independente das águas do Doce, acreditavam que certamente perderiam sua fonte de água potável. Isto porque os lagos eram alimentados pelo rio. Para evitar a contaminação, bloquearam a estrada e exigiram a construção de um dique. Mas, segundo relatos dos moradores, houve forte repressão policial, violência e ingerência do governo municipal. Por fim o governo fechou o acesso ao lago. A comunidade não contava com nenhuma forma de assistência por parte do governo ou da Samarco.

Figura 9: Vida no assentamento



Ilustração Artur Monteiro¹⁵

3.6. Humaitá

Ainda no dia 11 de janeiro, a 15 km de distância do assentamento do MST Sezino Fernandes Jesus, chegamos a Humaitá. Ali residem aproximadamente 100 famílias, numa vila cuja estrutura é ortogonal dividida em poucas quadras. Vivem a pouco mais de 300 metros do rio e cultivam hortaliças e frutas. Humaitá apresenta realidade mais urbana que as demais

¹⁵ GIAIA. 20 de janeiro de 2016.

localidades visitadas até aquele momento. Antes do rompimento da barragem já não eram dependentes do Doce, neste sentido afirmaram não terem sido afetados e não recebem benefícios por parte do governo.

3.7. Baptista

A última atividade do dia 11 foi finalizada no município de Marilândia, na Fazenda Baptista – que contava com alguns trabalhadores. Ao longo do rio é comum verificar antigas fazendas, muitas abandonadas, constituindo pequenas comunidades. Mas a Fazenda Baptista possui clara relação de dependência entre os antigos proprietários e os moradores, formados por aproximadamente 20 famílias.

O principal produto cultivado é o café, e para irrigá-lo muitas famílias buscavam água de córregos próximos. Porém, como os córregos estavam secos devido a forte estiagem que já dura alguns anos, poços foram abertos. Mas duas famílias ainda coletam água diretamente do Doce. Há na comunidade pescadores profissionais que foram obrigados a suspender suas atividades. Os moradores recebiam água da Samarco.

3.8. Córrego da Boa Sorte

Conforme explicitado nas explicações metodológicas, a região compreendida entre Colatina e Resplendor não foi inventariada. A região é bastante seca, com evidente processo de degradação do solo e poucos trechos de vegetação. Desse modo, seguimos direto para Resplendor, onde conversamos com moradores do Patrimônio do Horácio, que afirmaram ter tido impacto limitado com o desastre da Samarco – localizam-se a alguns quilômetros do rio e coletam água do córrego Eme.

De Patrimônio do Horácio seguimos em direção à Terra Indígena Krenak e no caminho nos deparamos com alguns aglomerados de casas rurais. Paramos no Córrego da Boa Sorte, onde sete famílias cuidavam de poucas cabeças de gado. Também não mantinham relação direta com o rio e coletavam água de outras fontes, deste modo afirmaram que nada mudou.

Figura 10: A morte de Watu



Ilustração Artur Monteiro¹⁶

3.9. Terra Indígena Krenak

Visitamos a Terra Indígena dos índios Krenak no dia 12 à tarde e ali conversamos com os moradores mais antigos. Como os Krenak asseguraram regularidade da terra por volta do ano 2000, eles puderam reunir os indígenas da etnia no local, conformando mais de 400 pessoas.

É importante ressaltar que a presença dos Krenak neste trecho do Doce remonta há séculos e todas as práticas culturais giram em torno do rio Doce. A produção de alimentos é suficiente para o sustento próprio, praticamente não existindo comercialização do excedente com o entorno. A água de consumo é quase totalmente coletada no rio Eme. Entretanto, os Krenak mantinham uma total relação de dependência com o Doce expressa de diversas maneiras: a pesca, praticada cotidianamente; rituais; bem como atividades de lazer e lavagem de roupas.

No lugar, o rio se constitui como elemento simbólico fundamental, uma vez que o rio Doce, Watu na língua Krenak, é fonte provedora da vida e ente vivo base da religião e das crenças daquele povo. Neste sentido, o impacto deste desastre está acima de questões corriqueiras e econômicas, afetando diretamente a essência da existência de todo o povo Krenak.

3.10. Conselheiro Pena

Ao sair da terra do povo Krenak, seguimos para Conselheiro Pena, município com mais de 20.000 habitantes. O inventário não foi realizado pois conforme a metodologia aplicada sua população é consideravelmente maior que o limite superior estipulado. Contudo, encontramos Lélis, presidente da associação de pescadores da região localizada entre Aimorés e Governador Valadares. Com ele, nós tivemos a oportunidade de melhor compreender aquele território e seus atores mais profundamente.

¹⁶ GIAIA. 20 de janeiro de 2016.

Todavia, para além da indicação de localidades e ribeirinhos atingidos, o encontro com Lélis foi bastante proveitoso para se compreender como Conselheiro Pena foi atingido, mesmo não dependendo diretamente mais da água do Doce para consumo humano. Dois anos antes do desastre toda a água do município já era coletada do córrego Padre Ângelo – mas o município sofreu grandes impactos negativos no tocante às atividades de agroturismo, lazer, agricultura (café e goiaba) e da pesca (mais de 130 pescadores associados dependiam diretamente da atividade para sustento).

Os moradores também relataram que animais morreram após consumo da água do Doce, que pessoas tiveram diarreia e que ribeirinhos ainda se alimentam de peixes pescados no rio. Cestas básicas foram entregues apenas uma vez e a distribuição dos cartões de auxílio financeiro também era feita de maneira seletiva. Observamos que há forte arbitrariedade na definição do que é ser afetado ou não, conferindo segregação e desarticulação interna entre os moradores.

3.11. Barra do Cuieté

Seguimos as orientações de Lélis e partimos para visitar comunidades consideradas por ele como tendo grande importância. Assim, partimos pela direita do rio rumo norte. Ao longo das vias vicinais que dão acesso à Estrada de Ferro Vitória Minas, entre Conselheiro Pena e Tumiritinga, foi possível encontrar pequenas vilas.

A primeira a ser visitada, no dia 13 de janeiro, foi Barra do Cuieté. Com cerca de 1200 habitantes, o vilarejo cresceu ao redor da estação da estrada de ferro e mantém ainda seu caráter bucólico e isolado. O sustento dos moradores da vila se baseia na criação de gado e de leite, vendido para atravessadores locais. Toda a água de consumo vem do Caratinga; sendo o Doce utilizado apenas pelas grandes fazendas da região e para pequenas culturas localizadas nas ilhas fluviais. Há quatro pescadores cadastrados e diversos outros que praticam pesca esporádica. Os quatro primeiros são os únicos a receber o cartão de auxílio financeiro da Samarco e a cesta básica.

Figura 11: A tragédia que descolore a relação com o habitat



Ilustração Artur Monteiro¹⁷

Com o rejeito jogado no Doce, não há mais a prática de pesca na região nem o lazer às margens do rio, configurando impacto profundo para todos na região. Não há entrega de água potável por parte da Samarco. Os moradores afirmaram estar preocupados com a aposentadoria, uma vez que consideram que a antiga forma de obter renda está perdida.

3.12. São Tomé do Rio Doce

Poucos quilômetros ao norte se encontra São Tomé do Rio Doce. Uma pequena vila pertencente ao município de Tumiritinga, localizado em frente à cidade de Galileia. Aqui residem cerca de 27 famílias, todas têm no seu cotidiano a prática da pesca (profissional ou não). Muitos são agricultores de subsistência. A forma fortemente tradicional como vivem é marcante, especialmente pela dependência clara em relação ao rio.

¹⁷ GIAIA 14 de janeiro de 2016.

Figura 12: Mais que uma fonte de renda, o rio era um modo de vida



Ilustração Artur Monteiro¹⁸

Toda água que necessitam vem de Tumiritinga por caminhão pipa pago pela Samarco, que abastece a caixa d'água central da comunidade. Pescadores que conseguiram comprovar dependência estrita do rio recebem cartão de auxílio financeiro, assim como cestas básicas. Demais residentes não recebem nada, senão a água. Relataram que o caminhão pipa vai à comunidade em intervalos cada vez maiores e que apenas depois que cavalos e bois começaram a morrer de diarreia alguns ribeirinhos pararam de consumir peixes do Doce.

3.13. Assentamento CPT Cachoeirinha

Ainda ao decorrer do dia 13 de janeiro, ao sair de São Tomé do Rio Doce, seguimos para Tumiritinga. No caminho passamos pelo Assentamento do MST Boa Esperança, onde tentamos conversar com assentados, mas, devido à desconfiança, não obtivemos sucesso. Tal fato se deve a condição delicada de vulnerabilidade social e pressão em que se encontram, colocando-os em posição de defensiva.

Dali, partimos para o assentamento da CPT (Comissão Pastoral da Terra) Cachoeirinha, localizado a poucos quilômetros da sede de Tumiritinga. Nele vivem cerca de 350 pessoas que possuem uma vasta produção de alimentos, sendo as principais: leite e frutas. Considerável parte da produção segue para atender o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Neste assentamento havia diversos pescadores profissionais e a totalidade dos agricultores irrigava suas culturas com as águas do rio.

O único uso que não era diretamente associado ao Doce era o do consumo humano. Todos os pescadores profissionais recebem auxílio da Samarco e os agricultores vêm recebendo tanto água como forragem para gado. Mas a insuficiência do abastecimento é claramente observável ao vermos cultivos secos. Verificamos equipes da Samarco fazendo levantamentos sociais com a finalidade de mapear necessidades de água e forragem.

¹⁸ GIAIA. 13 de janeiro de 2016.

Figura 13: De Mariana a Regência a tragédia de prejuízo incalculável



Ilustração Artur Monteiro¹⁹

3.14. Derribadinha

O pernoite do dia 13 para o dia 14 foi realizado em Governador Valadares, após longa viagem pelo único acesso asfaltado até a cidade. No dia 14, com a finalidade de se mapear outras comunidades ribeirinhas na região, optamos por voltar alguns poucos quilômetros pela via marginal à estrada de ferro até Derribadinha, com cerca de 300 habitantes.

Ali, a principal produção é de gado e cultivo de frutas; contudo, a fonte de renda da população é constituída por programas de assistência do governo e do defeso, em curso nesta época. Produtores locais realizavam coleta de água diretamente do rio, além de aproximadamente 15 pescadores dependerem do Doce.

Vale citar que havia em Governador Valadares uma grande colônia de pescadores, e a pesca nessa região também se define como importante fonte de renda e de alimentação para a população. Todos, fazendeiros e pescadores de Derribadinha, seguem sem auxílio por parte da Samarco ou do governo.

3.15. Naque

Após deixar Derribadinha a expedição seguiu pela margem esquerda do Doce pela BR 381 até Ipatinga. Em todo o trajeto ao longo do rio observamos um número menor de comunidades pequenas e isoladas, diferentemente do observado até então. Encontramos algumas cidades maiores e uma grande ocupação do território. Com a presença da rodovia,

¹⁹ GIAIA. 20 de janeiro de 2016.

e de diversas indústrias, foi possível notar dinâmica social e econômica bastante diferente dos outros pontos visitados. No Vale do Aço, como se apelida essa região, a vegetação é mais presente, assim como a monocultura de eucalipto. O clima muda e o relevo também: mares de morro se fazem presentes.

De forma parecida ao realizado em Conselheiro Pena, optamos por conversar com uma liderança que pudesse oferecer informações a respeito das dinâmicas sociais da região. Em Naque contatamos o candidato a prefeito Hoscár, que indicou a existência de pescadores tradicionais que recebem auxílio da Samarco, bem como de diversos pequenos agricultores impactados, mas que não recebem qualquer apoio após o desastre. Toda água da cidade vinha de outro rio.

3.16. Ipabinha

Ipabinha, comunidade ribeirinha pertencente ao município de Santana do Paraíso, é uma pequena vila localizada em meio a uma grande plantação de eucaliptos, cortada em toda sua extensão pela linha férrea e acessível por terra apenas por vias vicinais. Sua relação principal se dá com a cidade de Ipaba, localizada na margem oposta do rio.

Conversamos, no dia 15 de janeiro, com Mosa, presidente da associação de moradores. Segundo seu relato, ali há cultivos diversos, mas praticamente sem excedentes; a pesca é bastante presente, porém não há nenhum pescador profissional registrado. O apoio da Samarco, em forma de auxílios e cestas básicas, não foi constatado.

Com a proximidade da Usiminas, situada em Ipatinga, o uso da água do Doce para consumo humano já não era possível há anos; o poço da COPASA abastece a comunidade. Mas a irrigação da produção depende da chuva. Havia relatos de consumo de peixes por parte da população, bem como de animais bebendo água do rio. Contudo não obtivemos relatos de diarreia ou de outros problemas de saúde.

3.17. Volta do Revólver

Durante todo o dia 15 de janeiro a expedição seguiu o rio a montante, buscando comunidades próximas às suas margens. O caminho foi feito pela margem direita do Doce, uma vez que toda a região compreendida na margem oposta se reserva ao Parque Estadual do rio Doce, não havendo qualquer ocupação humana de porte em suas margens. Como o relevo passa a ser mais montanhoso e os acessos mais raros, as vias passam a se afastar do rio. Poucas comunidades se fazem presentes em suas margens. De Ipaba até Bom Jesus do Galho não conseguimos acesso nem informação sobre comunidades ribeirinhas de qualquer natureza.

Figura 14: A simplicidade de uma vida no campo



Ilustração Artur Monteiro²⁰

Como chovia intensamente e não conseguíamos alcançar outras comunidades, decidimos seguir para São José do Goiabal, exatamente a primeira cidade ao sul do Parque Estadual. De São José do Goiabal em diante o caráter evidentemente rural das margens do rio predominava. Seguimos no dia 16 de janeiro até a cidade de Sem Peixe, percorrendo a margem esquerda. O caminho de terra se estendeu por cerca de 20 km, difícil de avançar. Possivelmente esta é a uma das regiões mais isoladas de todo o Doce.

Pelo caminho passamos pela comunidade de Volta do Revólver, bastante afastada da sede do município, mas exatamente à frente do rio. Cerca de dez casas se espalham pelos morros existentes. A região é úmida e o uso de água para consumo se resume a apenas três famílias, que não recebem auxílio do governo ou da Samarco. Bois, de igual maneira, também continuam a consumir água do rio. Nenhum problema relativo à saúde foi informado nesse período.

3.18. Califórnia

Chovia de forma intensa e a lama e o barro tomava conta das vias vicinais, dificultando o acesso às localidades que pretendíamos visitar até a próxima cidade. Mas, mesmo assim, seguimos pela margem do rio onde pequenas vilas se estendiam. A primeira, de nome Califórnia, está localizada na junção dos rios Doce e Sem Peixe.

A pequena comunidade possui pouco mais de 20 famílias, cuja principal produção é o gado de corte. Os moradores esclareceram que havia outras culturas na região, porém com o crescente êxodo rural para as grandes cidades apenas as culturas de menor demanda de trabalho puderam prosperar.

A escola da região e a igreja também tiveram de fechar devido a tal processo. A maioria das

²⁰ GIAIA. 13 de janeiro de 2016.

famílias utiliza águas de poços artesianos e apenas uma retirava água do rio para consumo próprio. No tocante à produção, a utilização da água se restringia a dessedentação animal que continuava a ocorrer de igual maneira. Bois adoeceram e morreram segundo os moradores. De acordo com os moradores, representantes da Samarco fizeram levantamento questionando sobre eventuais necessidades, mas não oferecem qualquer tipo de auxílio.

3.19. Barbosa

Ainda nos isolados morros de Sem Peixe seguimos por horas em caminho de lama num dos acessos mais complicados que percorremos nas margens do rio. Além das cabeças de gado vistas em locais isolados e de algumas poucas casas, apenas o bucolismo habitual. A motocicleta ficou presa em diversos trechos. Entretanto, alcançamos Barbosa, comunidade que contava com pouco mais de cinco famílias e que nela os moradores apontaram a existência de casas abandonadas nas últimas décadas. Eles afirmaram que a redução da produção de gado de corte segue a mesma lógica observada no lugarejo visitado anteriormente.

Em Barbosa nenhuma família cultiva e nem usava água do Doce, uma vez que poços artesianos estão instalados por todo o distrito. A água do rio era utilizada para pesca de recreação, mas o gado continuava a consumi-la. A população indicou não visualizar solução para os impactos provocados pelo desastre, e que observaram bois com problemas de saúde, mas não houve perdas nem mortes. Qualquer forma de auxílio é inexistente.

3.20. Camargos

Os dias seguintes foram complicados para a expedição. Chovia há mais de dez dias nessa altura do rio Doce e toda a região estava enlameada e o acesso complicado para seguir viagem para a próxima comunidade, Santana do Deserto. A população local disse ser impossível alcançar algumas localidades, não apenas pela chuva, mas também por causa da lama que se estendia desde a barragem da Samarco.

Decidimos voltar a Sem Peixe, Dom Silvério e então Rio Doce. Barra longa estava perto, mas inacessível. Seguimos por horas pelo asfalto até Ouro Preto, onde fixamos base por alguns dias, com a finalidade de explorar a região com melhores condições de conforto da equipe. Na manhã do dia 18 visitamos o vilarejo de Bento Rodrigues. Ali encontramos grande número de máquinas e cenário desolador.

Figura 15: Máquinas trabalham para tentar reparar os danos, talvez irreparáveis



Ilustração Artur Monteiro²¹

Camargos, comunidade menos atingida pela lama, mesmo assim arrasada, está localizada na rota turística da estrada real e é protegida por órgãos de defesa do patrimônio cultural brasileiro. Aproximadamente 20 famílias residiam no lugar e informaram que havia pouca produção: eucalipto, plantado em algumas fazendas, e um pouco de queijo é produzido. Muitos moradores viviam do turismo histórico.

A água dos moradores vinha de poços. O rio Tesoureiro foi completamente atingido pela lama do desastre, que seguiu rio acima, bloqueando acessos, derrubando casas e destruindo-o por completo. Felizmente não houve mortos na região. A Samarco realiza reuniões constantemente com os moradores e produziu um plano de ação em caso de outros acidentes, mas os moradores se sentem mais reféns que atendidos em seus direitos. O impacto no turismo foi completo e a fonte de renda profundamente atingida.

Famílias relatam terem ouvido explosão exatamente um dia antes do desastre. Como de costume, havia explosões da própria operação da mina diariamente por volta do meio-dia, sempre na mesma hora. Conforme informado por moradores no dia 04/11/15, aproximadamente 24 horas antes do rompimento, ocorreu grande explosão na mina que pôde ser ouvida a quilômetros de distância. A população se preocupou, contudo, nada mais foi feito.

3.21. Paracatu de Baixo

No dia 19 de janeiro partimos para Monsenhor Horta. O vilarejo encontra-se às margens do ribeirão do Carmo, também atingido pela lama, contudo apenas a alguns quilômetros abaixo. Ao chegar à comunidade foi possível ver uma grande movimentação por parte de equipes de recuperação ambiental contratadas pela Samarco.

²¹ GIAIA. 13 de janeiro de 2016.

Figura 16: Os estragos causados pelo mar de rejeitos



Ilustração Artur Monteiro²²

Monsenhor Horta funcionava como uma base avançada de trabalhos da empresa e boa parte de sua rede hoteleira, além de restaurantes e outros serviços acabam por atender a essa nova demanda. Poucos quilômetros à frente se encontra o rio Gualaxo, completamente atingido pelo desastre. Todos os rejeitos vazados seguem seu curso pela bacia do rio e o mais impactante, para além da forte cor e do cheiro ferrosos do rio, está em suas margens.

Locais que não foram arrancados pela força da avalanche foram aterradas. Tudo que se via, por onde quer que se andava, era lama, pedaços de casas e escombros. Seguimos para Paracatu de Baixo. A vila, também extinta, está a mais de 50 quilômetros abaixo do local do acidente, pelo curso do rio, e foi completamente devastada. O cenário de destruição é completo e desolador: casas sem teto, cercas enterradas e móveis enlameados se espalham pelo horizonte.

É possível caminhar pelas casas onde as vidas foram enterradas. Restaurantes, escola, igreja, campo de futebol, alguns bares e todas as casas foram soterradas. Felizmente aqui ninguém morreu devido à ação da polícia, que chegou ao local momentos após o acidente. Das cerca de 90 famílias originárias da comunidade apenas 9 pessoas persistem em morar por lá.

As principais atividades desenvolvidas eram o cultivo de algumas culturas para consumo próprio e criação de gado, leiteiro e de corte. A água para irrigação e consumo vinha de outras nascentes. A Samarco realocou todas as famílias temporariamente para hotéis em Mariana. As famílias recebem auxílio financeiro, cestas básicas e água da empresa, além de participarem do programa de realocação deficitário.

Fim da expedição em 19 de janeiro. Artur e Vladimir retornam para o Espírito Santo a fim de encaminhar suas impressões desta trajetória, gravadas na alma e no caderno de campo, para produção deste relatório.

²² GIAIA. 13 de janeiro de 2016.

4. EXPEDICÕES NO BAIXO RIO DOCE

Figura 17: O mapa da destruição



Ilustração Artur Monteiro²³

proibida. A intensa atividade econômica, social e cultural é marcante em todas, sendo que em Regência a pesca e a atividade turística são as principais fontes de renda, e os moradores de Maria Ortiz vivem exclusivamente da pesca artesanal. Itapina e Mascarenhas têm na pesca artesanal o sustento de membros dessas comunidades.

4.1. **Mascarenhas**

A comunidade de Mascarenhas constitui a história de Baixo Guandu, município do Espírito Santo fronteiro com Minas Gerais. Ali, os trilhos do trem da Vale do Rio Doce chegaram em 1907, período que demarcou a intensificação das atividades econômicas. De lá a madeira abundante era retirada e levada pelos comboios à Capital.

A região era ocupada pelos botocudos. Em 1905 o Presidente Henrique da Silva Coutinho criou a colônia que compreendia a área do Vale do Guandu até os limites com o município de Afonso Cláudio e de Minas Gerais. Repartida e doada a porção em lotes, estes foram vendidos aos colonos neles lotados. Em 1974 foi inaugurada a usina hidrelétrica de Mascarenhas, a maior do estado do Espírito Santo²⁴.

Mascarenhas é um distrito pacato localizado a 11,1km da cidade de Baixo Guandu, que até o segundo semestre do ano de 2015 contava com cerca de 1.800 habitantes, sendo 900 desses moradores da parte central de Mascarenhas²⁵. Entre 14 de abril a 07 de maio de 2016 realizamos duas visitas a campo, quando entrevistamos cinco pescadores e conversamos com moradores.

A construção da usina hidrelétrica na comunidade, desde o primeiro momento, afetou a vida dos pescadores da região. Sua construção provocou a biodegradação da área. Além disso, uma ilha foi inundada, a quantidade de peixes reduzida, bem como houve uma redução do volume de vazão do rio, que teve uma queda de quase 150m³/s de 1970 a 1990, voltando a se estabilizar em 844 m³/s em 2008²⁶.

²⁴ Disponível em: Site Prefeitura de Baixo Guandu <http://www.pmbg.es.gov.br/v1/?page=conteudo&subfrom=Hist%C3%B3ria%20do%20Munic%C3%ADpio&pagina=41e6356351>. Acesso julho de 2016.

²⁵ Dados informados pela agente de saúde local entrevistada.

²⁶ ANA (2005).

Foto 4: A usina hidrelétrica de Mascarenhas



Arquivo GIAIA/LEMM²⁷

A atividade pesqueira é uma importante fonte de renda de famílias de Mascarenhas, assim como atividades agrícolas. Porém a pesca encontra-se suspensa ao longo do rio por conta dos rejeitos e, até o momento da pesquisa de campo, órgãos ambientais e a própria Samarco não se manifestaram sobre as condições do rio. Tal fato provocava insegurança para os moradores.

Entre os moradores há divergência sobre a proibição da pesca: a população não sabe dizer ao certo se a pesca está proibida, mas acredita-se que não. Naquela época a pesca havia se tornado inviável por não haver compradores²⁸. Segundo Francisco²⁹, os moradores que consumiram pescado após o derramamento da lama tiveram de procurar ajuda médica. Também no mesmo local havia um pescador que apresentava fortes alergias pelo corpo e as atribuía ao contato com as águas do rio.

Durante nossas entrevistas de campo, os moradores relataram problemas de saúde, principalmente na pele. Segundo relatos, estes problemas surgiram após o derramamento da lama. O distrito conta com um posto de saúde para consultas regulares de segunda às sextas-feiras. O atendimento é feito por um clínico geral.

A água está sendo coletada do rio Manhuaçu e ainda não teve tratamento aperfeiçoado, chegando para os residentes do distrito com alto teor de cloro, segundo os moradores.

²⁷ Mascarenhas – Baixo Guandu/ES. Fotografia produzida em 06 de maio de 2016.

²⁸ Disponível em: Site Gazeta Online. http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2016/02/noticias/cidades/3931285-piracema-termina-mas-pesca-continua-proibida-no-rio-doce.html. Acesso em abril de 2016

²⁹ Entrevistas realizadas com autorização e assinatura de livre consentimento. Todos os nomes de ribeirinhos aqui apresentados são fictícios.

Também um aumento na quantidade de insetos foi percebido pela população após o dia 17 de novembro, portanto 12 dias após o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco.

Em nossas visitas e entrevistas percebemos que a usina não possui um forte vínculo social com os moradores do distrito de Mascarenhas. São poucas as pessoas da comunidade empregadas devido o baixo nível de escolaridade dos moradores, segundo nos esclareceram os entrevistados. Aqueles que vêm de outros lugares para trabalhar residem em uma área separada e não permanecem no distrito por longos períodos.

O distrito conta com uma escola que atende os infantes na creche e os estudantes de ensino fundamental. Para fazer o ensino médio os alunos se deslocam por ônibus da prefeitura para a cidade de Baixo Guandu; e o curso superior é realizado, em geral, em Aimorés e Colatina. Para os mais jovens a pesca é considerada complemento de renda e é de grande importância na recreação e interação entre a comunidade. Há cerca de 100 crianças de 0 a 9 anos na parte central de Mascarenhas, sendo a maior parte da população composta de idosos com idade acima de 60 anos.³⁰

De acordo com Francisco, pescava-se no rio cerca de 100 kg de pescado por dia. Os principais tipos de pescado da região são: Lagosta, Dourado, Robalo, Cascudo, Curimba, Gurupa, Tilápia, Piau Branco e Cassarinho. A lagosta, o pescado mais caro, era comercializada por aproximadamente R\$ 70,00 o quilo. Emocionado, Francisco narra como era seu cotidiano na pesca em Mascarenhas:

Eu tenho 59 anos e fui criado aqui. Eu vim de Minas com 9 anos, meu pai já pescava aqui, entendeu? Eu sou de Conselheiro Pena, mas morava em Galileia. Quando eu vim para cá meu pai já pescava aqui com os outros e os Passos, que eram donos do lugar. Pegava muita lagosta, muita lagosta.

Sou eu que minguava o bote para eles, entendeu? Esticávamos as redes e de manhã e de tarde a gente ia olhar. Daí tirava o peixe e trazia peixe para casa; o peixe era vendido em Valadares, nós não conseguíamos vender peixe dentro em Baixo Guandu. O peixe saía pra Valadares ou Colatina.³¹

João, pescador há cerca de 50 anos, também narra sobre sua experiência de pesca em Mascarenhas:

Aqui nós pescamos com rede, espinhela, vara fincada com uma isca. Espinhela é uma coisa que você amarra uma rede aqui ó (gesto com a mão indicando o lugar), atravessa o rio e coloca do lado de lá. Bota um monte de anzol dentro do rio, uns pedaços de linha desse tamanho aqui (faz gesto com a mão demonstrando o tamanho). E isca com a moreia, tipo uma florzinha no peito. Essa isca ela é vivinha... e aí você pega o robalo, pega o pacumã, pega o cassarinho, pega a cassala. Se pega tudo quanto é peixe que pintar. E pesca de rede, rede de 50m, nós temos.

A rede é colocada onde vem o remanso. Tem uma pedra ali (aponta com o dedo), passa aquele remansão grandão ali (aponta para o local), aí sim, aí você estica uma rede, bota uma coisa de pedra ali no final para segurar para não deixar correr. Se dá vinte metros para o final dela, tem de amarrar uma

30 Dados obtidos através de entrevista com agente de saúde local.

31 Depoimento de Francisco, em entrevista concedida à Douglas dos Santos e Leonardo Aranha Nunes, 13 de Abril de 2016. Acervo do LEMM/UFES.

pedra, uma corda no final dela, e soltar um pedaço de pedra para deixar ela, aí o bobo vem e entra.³²

Esse modo de vida e estas histórias estão comprometidos. A chegada dos rejeitos provocou significativas alterações no modo de vida dos moradores e dos pescadores. O distrito de Mascarenhas era abastecido pelo rio Doce. Após a chegada dos rejeitos a água passou a vir do rio Manhuaçu, afluente do Doce.

De acordo com Antônia, no início havia muita desconfiança com a água: “Logo no início chegamos a duvidar se essa água seria de do rio Manhuaçu ou do rio Guandu. Mas depois a gente teve provas que sim, então ficou tranquilo”. Contudo, há moradores que reclamam que a água está salobra e provoca problemas de saúde, como coceiras e vermelhidão na pele.

Como a Samarco não fez distribuição de água mineral para a população, a comunidade doava água mineral para a creche e as crianças maiores levam para a escola água de casa. A Samarco furou um poço dentro da área da Usina para abastecer a localidade, mas a população suspeitava de mistura das águas do Manhuaçu e do poço.

Para os pescadores, o valor dos auxílios pagos pela Samarco – um salário mínimo, mais 20% de um salário para cada dependente e uma cesta básica no valor de R\$ 338,61 –, segundo nos informaram, não é considerado compatível com a renda outrora extraída com o pescado. A substituição do trabalho no rio pela inércia da esperança de se viver o Doce como antes altera não só a questão econômica, mas também as dinâmicas sociais e culturais do distrito. A relação com o rio era, também, de recreação, e fazia-se uso da água para consumo diário. A impossibilidade atual do exercício dessas atividades desencadeia uma sequência de mudanças nas relações interpessoais da população.

³² Depoimento de João, em entrevista concedida a Douglas dos Santos e Leonardo Aranha Nunes, 06 de maio de 2016. Acervo do LEMM/UFES.

Foto 5: Embarcações paradas desde a chegada dos rejeitos



Arquivo GIAIA/LEMM³³

Os moradores também se queixaram que, durante o cadastro para receber o auxílio da Samarco, muitas pessoas que não moram em Mascarenhas foram incluídas e passaram a receber o auxílio. De modo que a Samarco restringiu o cadastro apenas para quem comprovasse que era pescador e vivia exclusivamente da atividade.

Tal queixa se justifica pela maneira como diversos moradores faziam uso do rio nas situações de crise e desemprego, época em que pescavam com objetivo de obter alguma renda. Portanto, os moradores que não vivem exclusivamente da pesca ficaram sem essa opção e também não recebem o auxílio da Samarco.

Também, segundo moradores e pescadores, a Samarco forneceu um número 0800 para contato que nunca atendia, e uma tenda com dois funcionários foi estabelecida na localidade. A promessa era de atendimento médico e psicológico nas tendas, mas os profissionais nunca teriam aparecido no local. Outra situação relatada é sobre os agricultores situados às margens do Doce. Muitos perderam suas plantações, contudo nós não os entrevistamos.

Os pescadores de Mascarenhas relatam que desde a construção da usina há comprometimento do ciclo reprodutivo do pescado na piracema. Isto porque foi construído um barramento para formação do lago que dificulta a desova de várias espécies de peixes. A Tainha é um exemplo, pois era uma das espécies mais abundantes e que desapareceu depois da construção do empreendimento.

³³ Mascarenhas – Baixo Guandu/ES. Fotografia produzida em 06 de maio de 2016.

Coincidentemente, o dia 05 de novembro está marcado na memória de João como início da piracema. Dia 05 também agora é o registro do dia do rompimento da barragem da Samarco, a data em que ocorreu o maior desastre ambiental do Brasil. Pescador há cerca de 50 anos, assim nos narra como os peixes se reproduziam naquela área do Doce:

Piracema é o seguinte: todo peixe que passou de setembro já está ovado, outubro já está ovado, quando chega em novembro eles botam na primeira água suja que vem, aí já entra a piracema. No dia cinco de novembro, ela entra. Você pode vir aqui, na época da piracema que dá uma chuvada, se vem aqui agora eu não sei como é que está, entendeu? Por que quando chovia arrancava igual um cavalo as ondas. E aquilo ali são a fêmea e o macho, então você pode chegar assim, meter com a mão assim e pegar, pode pegar até com a mão assim, nem de bote você consegue passar, ela não deixa o bote. Ela fica por cima d'água assim ó (mostra com a mão como fazem os peixes) e é um dia só, e daí ela vai ali, ela faz aqui hoje, amanhã está lá em Itapina, depois de amanhã tá lá em Colatina, e vai assim. Vai desovando, entendeu? Aí solta mil filhotes, dois mil, três mil filhotes. Salvam metade, porque tem aquele outro peixe que come a ova. Então, entendeu? O cardume do ovo fica desse tamanho assim (faz gesto com as mãos), dentro da barriga dela. Aí a fêmea... o macho encosta nela, ela tem leite, ele tem um leite, ele encosta nela, e rela, ela solta.³⁴

A maioria dos pescadores entrevistados pesca desde a infância. Junto com eles, a mulher e os filhos também exerciam alguma função auxiliar, como limpar ou vender o pescado. O rio Doce era central para a vida desses homens e mulheres, era por meio dele que a família era sustentada. João explica como se ordenava a prática da profissão na comunidade:

Aqui tem menino de 14 anos, 15 anos que ganhava a vida pescando. Não é profissional igual nós, mas já tem ramo no remo, um ramo que mexe igual nós mesmo, que é de tarrafa, a pesca de tarrafa. Então nós somos filhos de pescador, né? Filho de pescador, você acostuma a pegar esse ramo do rio, né? Que aqui é tipo uma vila de pescador, porque todo mundo que mora aqui, se quiser ir lá no rio pegar um peixinho para comer de vara ele vai lá e pega.³⁵

Na família de seu Francisco o trabalho da pesca era compartilhado em suas diferentes fases. Ele ia pescar com a esposa e muitas vezes o filho o acompanhava. Já a filha ajudava a retirar os peixes da água e ficava responsável pela comercialização, levando o pescado para a cidade de Baixo Guandu e cuidando das encomendas.

Ana Maria, que exerce a atividade da pesca desde criança, explica que se chegou a pescar cerca de 200 a 300 quilos só de Pacumã naquela região do Doce. O produto era vendido entre R\$ 20,00 e R\$ 25,00 reais o quilo. Mas para ela, "Um pescador não pesca só pela profissão; ele gosta porque durante toda a vida pescou".

Mas entre os pescadores de Mascarenhas há uma forte descrença e desesperança. Ana Maria esclarece que eles não sabem o que será feito para recuperação do rio e se há uma

³⁴ Depoimento de João, em entrevista concedida à Douglas Santos e Leonardo Aranha Nunes, 06 de maio de 2016. Acervo do LEMM/UFES.

³⁵ Depoimento de João, em entrevista concedida à Douglas Santos e Leonardo Aranha Nunes, 06 de maio de 2016. Acervo do LEMM/UFES.

solução para a vida dos ribeirinhos. Ela explica que até o período de nossas visitas para pesquisa de campo a empresa não tinha apresentado qualquer projeto para a comunidade.

Figura 18: A ociosidade rouba o tempo que era dedicado à pesca



Ilustração Artur Monteiro³⁶

Esta narrativa é reforçada por outros moradores, que afirmavam só aparecer algum representante da empresa quando havia protesto bloqueando a linha férrea. Moradores e pescadores sentem dúvidas sobre o futuro. A pergunta que se fazem é: caso a pesca não se normalize e caso nada seja feito para a recuperação do rio, como viverão o futuro?

A narrativa de Antônia, moradora de Mascarenhas, pode ser um indicativo do que pensam sobre o futuro:

Se continuar do jeito que está e não for feito nada, infelizmente nós não vamos ter futuro aqui. Vamos ter de caçar outro lugar para morar, porque o nosso único lugar para pegar água é o rio Doce. E o Guandu não vai aguentar abastecer a cidade de Baixo Guandu, aqui em Mascarenhas, e o interior, entendeu? Não vai aguentar abastecer, principalmente em período de seca, então a gente vai ficar sem água.³⁷

Da rodovia se destacam as pequenas casinhas que compõe a vila. A grandiosidade da usina em contraponto com a simplicidade da vila expõe como duas coisas que dividem o mesmo espaço não se relacionam. Para os pescadores a usina é um grande empreendimento, uma construção, que carrega em sua imponente o início dos problemas com a pesca.

Ao caminhar pela vila, observando os poucos bares frequentados pelos moradores, compreendemos o impacto sociocultural provocado pelo derramamento dos rejeitos. O rio é um “lugar de memória” (NORA, 1993) e, portanto, de pertencimento e de construção de

³⁶ GIAIA. 13 de janeiro de 2016.

³⁷ Depoimento de Antônia, em entrevista concedida à Douglas Santos e Leonardo Aranha Nunes, 06 de maio de 2016. Acervo do LEMM/UFES.

identidade. Barcos parados, redes abandonadas, a carne do supermercado substituindo o peixe, incertezas e desconfiança promovem um novo ambiente em Mascarenhas. A imagem é de pescadores andando o dia inteiro pela vila, ou sentados à espera do nada na frente das casas. Pescadores que certamente estariam no rio exercendo a atividade que gerações da família vinham exercendo há anos. Imagem que se contrapõe à da memória do pescador João:

É o seguinte, eu vou te falar: esse rio Doce, quando não tinha essa lama, a essa hora você via cheio de gente, de meio-dia para trás se via cheio de gente tomando banho lá. Hoje não pode tomar banho nele, porque a água pode parecer limpa o que for, mas a lama está sentada no fundo. Qualquer chuvinha que dá na cabeceira ela volta a sujar todinha.³⁸

Contudo, o tempo econômico não para: os trens carregados de minério continuam percorrendo, a cada 20 minutos, a estrada férrea que corta a região. Tal presença, tão visível e barulhenta, diz a todos sobre os modos e as diferenças que permeiam os ritmos das vidas e das atividades econômicas e mercadológicas. O trem é o registro mais patente de como a lama dos rejeitos destruiu o rio, transformou vidas, mas não os negócios com o minério de ferro que permanecem com o mesmo e intenso trânsito.

4.2. Itapina

Distrito de Colatina, Itapina foi fundada em meados do século XIX por famílias e-imigrantes. Após a inauguração da Estrada de Ferro Vitória-Minas, em 1904, o distrito se tornou um dos polos comerciais de café mais importante do Estado. Situado às margens do rio Doce, o distrito perdeu seu vigor econômico nos anos de 1970 com a erradicação do café.

A partir de então a grande maioria dos moradores migrou para a cidade de Colatina ou para outras regiões do Estado ou do País, permanecendo no local cerca de 3.000 pessoas, sendo 900 no perímetro urbano³⁹. Itapina situa-se a oeste do município de Colatina, nas margens do rio Doce, e a aproximadamente 25 km da sede municipal.

³⁸ Depoimento de João, em entrevista concedida à Douglas Santos e Leonardo Aranha Nunes, 06 de maio de 2016. Acervo do LEMM/UFES.

³⁹ Fonte: <http://www.capixabadagema.com.br/distrito-de-itapina-colatina/>. Acesso em 06/10/2016 às 12:17.

Foto 6: Casarões que guardam a história dos tempos áureos do local



Arquivo GIAIA/LEMM⁴⁰

Na sua constituição recebeu imigrantes de origem alemã, italiana, libanesa e mineira, dentre outros. A atividade econômica principal destes pioneiros era a produção e a comercialização do café, transportada pela linha férrea ligando Vitória a Minas Gerais, e pelo vapor Juparanã, no rio Doce. No presente, os moradores desenvolvem atividades produtivas baseadas principalmente em pequenas propriedades rurais, na extração de areia do Doce, na pesca de subsistência e no comércio.

Itapina foi tombada como patrimônio estadual em 2010. Ali casarões históricos compõem a poética paisagem do lugar, atraindo turistas principalmente em datas festivas tradicionais, como o Fenaviola – Festival que ocorre no mês de junho e que foi criado com a proposta de unir música caipira, banhos no Doce, comida típica e travessia de barca.⁴¹

Na vila havia uma prática cultural da pesca, com objetivos e usos diversos. De acordo com os entrevistados, encontravam-se pescadores que consumiam e comercializavam o pescado; que pescavam para consumo e complemento da renda; e aqueles que pescavam apenas para lazer. Mas a pesca também tinha papel importante para as mulheres que faziam o uso da “pedra da corvina” para simpatias, confeccionavam redes de pesca e, como pescadoras, acompanhavam os maridos na pescaria.

Assim, quando os rejeitos da lama da Samarco que desciam rio passaram em Itapina, entre os dias 17 e 18 de novembro, uma grande mudança acontece na vida das pessoas que ali

⁴⁰ Itapina – Colatina/ES. Fotografia produzida em 26 de maio de 2016.

⁴¹ Seis meses após o desastre ambiental provocado pela Samarco o evento praticamente não atraiu público.

residem. Itapina, como outras comunidades ribeirinhas do Doce, perde seu potencial turístico e a sobrevivência humana através da pesca. Para Pedro, que pesca no Doce desde que mudou para a vila aos “vinte e poucos anos” – como ele explica – o impacto do rompimento da barragem alterou profundamente seu cotidiano:

Eu acho que no fundo do rio está a lama agarrada, porque se houver uma enchente vai mexer com a lama e vai avermelhar a água de novo. Porque a água do rio Doce sujava com enchente, mas com poucos dias ela limpava. Ela não limpou ainda, se vê que não está chovendo e ela está com aquela cor esquisita ainda, né? Então se não fosse aquela lama amarela, essa água estaria clarinha, você enxergava o fundo, e não está enxergando.

Agora não tem como pescar, né? Não tem como se divertir. Eu ia para a beira do rio, acampava, ficava 3, 4 dias, quando pegava uma folga. Igual hoje mesmo, feriado, eu só vou trabalhar segunda-feira. Se tivesse liberada a pesca para a gente comer o peixe, eu tinha ido acampar. Só vinha aqui de noite, na festa (da Fenaviola), um pouquinho e voltava. Ia eu e a mulher. Meu menino quando estava de folga ia também. Lá fazíamos moqueca de peixe. A minha mulher gosta demais de pescar. Os molinetes estão ali enferrujando. Eu pescava com força.⁴²

Foto 7: Registro da pesca artesanal. Petrechos em desuso



Arquivo GIAIA/LEMM⁴³

A narrativa de Pedro encontra eco com a de outros pescadores, e moradores antigos da vila de Itapina que tiveram a centralidade da experiência do Doce nas suas vidas desde criança. José, aos 76 anos, conta emocionado a sua história com o Doce:

Eu parei de pescar aqui, mas eu tenho carteira de pescador desde 1972. Eu tinha um botinho, chamava Jardineira; foi registrado na Capitania dos Portos,

⁴² Depoimento de Pedro, em entrevista concedida à Bianca Pavan Piccoli, Douglas Santos, Leonardo Aranha Nunes e Maria Cristina Dadalto, 26 de maio de 2016. Acervo do LEMM/UFES.

⁴³ Itapina – Colatina/ES. Fotografia produzida em 06 de julho de 2016.

em Vitória. Agora está todo mundo reclamando, porque eu vou falar para vocês: isso aqui é fonte de trabalho de muita gente, tratar de família. Eu tratei foi de quatro filhos, 90% tudo com peixe. Eu saía daqui, ia para Colatina de bicicleta de manhã cedo para vender o peixe e voltava até em casa outra vez para poder tratar desses quatro filhos, viu? ⁴⁴

Em Itapina há também aqueles que explicitam o sentimento de desespero com o desastre ambiental por meio do silêncio. Mantêm-se numa mudez enrijecedora. O barqueiro, responsável pela travessia da barca que levava moradores e visitantes das margens sul para a margem norte, é um exemplo. Funcionário da prefeitura municipal, sentado na barca desativada pela impossibilidade da travessia no rio, ele se vê obrigado a conviver dia a dia com o rejeito da lama. A qualquer pergunta ou tentativa de conversa, o barqueiro responde por meio do silêncio com o olhar fixo nas águas do Doce.

Foto 8: Barqueiro e a esperança do retorno do rio Doce



Arquivo GIAIA/LEMM⁴⁵

Em nossa pesquisa de campo, entrevistamos e conversamos informalmente com vários moradores e pescadores. Modo geral, observamos uma grande ansiedade, principalmente pela ausência de informações confiáveis. Segundo os entrevistados, até a data de 02 de julho de 2016, não havia sido feita nenhuma divulgação oficial de condições de uso da água do rio, do consumo de peixes e principalmente do conteúdo do rejeito derramado que passou por Itapina a partir de 17 de novembro de 2016.

⁴⁴ Depoimento de José, em entrevista concedida à Douglas dos Santos e Maria Cristina Dadalto, 06 de maio de 2016. Acervo do LEMM/UFES.

⁴⁵ Itapina – Colatina/ES. Fotografia produzida em 30 de maio de 2016.

4.3. Maria Ortiz

Vila de pescadores localizada no km 35 da BR 259, a cerca de 24 quilômetros do centro da sede de Colatina, Maria Ortiz constituiu-se como uma típica comunidade pesqueira artesanal. No lugar, 64 famílias vivem exclusivamente da renda advinda da atividade ligada à pesca ribeirinha. De suas casas, situadas numa única fileira entre o Doce e a estrada de ferro, os moradores ouvem, de 20 em 20 minutos, a passagem do trem e olham assombrados o rio tomado pelos rejeitos.

A história da vila de Maria Ortiz foi contada pelos moradores. Não conseguimos informações oficiais nesta fase da pesquisa. Segundo o pescador Jonas⁴⁶, Maria Ortiz era uma grande fazenda e pertencia a uma mulher, Maria Ortiz, que se mudou para Vitória em 1912. Com sua transferência, um fazendeiro de madeira tomou posse do local, e em seguida teve início uma atividade voltada a realizar travessia de mercadorias pelo rio Doce. Com o passar do tempo essa atividade se tornou referência no norte do Estado.

Foto 9: Maria Ortiz e sua única rua



Arquivo GIAIA/LEMM⁴⁷

A partir dessa época, Maria Ortiz passou a ser conhecida como um porto. Jonas explica que o local se tornou tão movimentado que faziam travessias para casamentos em Baixo Guandu e Linhares; transporte da madeira e alimentos; e até funerais. Em 1925, os posseiros começaram a ocupar a vila numa área um pouco mais distante de onde hoje estão localizadas as casas dos pescadores. Neste espaço atualmente há granito, mas anteriormente encontrava-se o

⁴⁶ Entrevista concedida à Bianca Pavan Piccoli e Leonardo Aranha Nunes, 13 de abril de 2016. Acervo do LEMM/UFES.

⁴⁷ Maria Ortiz – Colatina/ES. Fotografia produzida em 13 de abril de 2016.

campo de futebol e uma igreja. Com o tempo os posseiros se deslocaram para as margens do rio. Ainda segundo Jonas, a instalação da estrada de ferro provocou a saída de muitos agricultores do local, permanecendo apenas pescadores e trabalhadores informais das fazendas.

O único estabelecimento comercial em Maria Ortiz vende poucos produtos. A vila não conta com policiamento, mas os moradores sentem-se seguros garantindo que há um forte respeito entre eles. Segundo Joaquina: para o atendimento às necessidades de saúde, existe um posto onde um clínico geral atende as famílias a cada 15 dias em consultas regulares; a escola de ensino fundamental conta com número de 88 alunos de 6 a 10 anos; a continuidade dos estudos é feita no distrito de Baunilha; para tal a prefeitura de Colatina disponibiliza o transporte de alunos todos os dias, às 13h.

Foto 10: Antiga Igreja da Vila escondida pelo terminal de cargas



Arquivo GIAIA/LEMM⁴⁸

⁴⁸ Maria Ortiz – Colatina/ES. Fotografia produzida em 13 de abril de 2016.

Os ribeirinhos entrevistados asseguram que perceberam uma modificação no rio e no ambiente próximo após o rompimento da barragem: poucas aves, poucos ou nenhum peixe, os pescados estavam com forte odor e textura diferenciada, como se estivessem com a “carne desmanchando”.

Boa parte dos 60 pescadores de Maria Ortiz recebem da Samarco cartões de auxílio financeiro emergencial no valor de um salário mínimo, mais 20% desse valor para cada um dos dependentes e cesta básica no valor de R\$ 338,61. De acordo com os pescadores, esta ajuda é incompatível com a renda mensal que as famílias tinham antes do desastre ambiental. Até porque, explicitam os ribeirinhos, eles são obrigados a comprar água mineral para o consumo, o que antes não era necessário – os moradores não confiam na água tratada pela prefeitura de Colatina e que chega às torneiras com forte odor de cloro.

Contudo, para os moradores de Maria Ortiz este desastre ambiental provocado pelo rejeito da Samarco cria marcas muito além da economia. Ele engendra dores na alma, uma vez que o Doce está entrelaçado à sua história de vida e de familiares. É a memória individual e coletiva que está exposta, fraturada, como narram Ione e Luis:

Eu pesco há cinquenta anos. Depois que eu casei, casei com pescador, eu segui a (mesma) profissão e daí para frente continuei trabalhando e o rio Doce era muito bonito, muito limpo, o rio Doce antigamente dava muito peixe, muita gameleira, muita fruta na beira do rio. Hoje há pássaros que você não vê na beira do rio. (Ione) ⁴⁹

Rapaz, nós não estamos querendo sair daqui por nada não. Ali (o rio) é um sentimento, a gente vive ali, entendeu? É um sentimento de liberdade que a gente tem; se a gente for para outro lugar nós vamos ter que enfrentar violência, vamos ter que enfrentar muitas outras coisas que nós não estamos acostumados, entendeu? Apesar de todos os problemas que nós temos, eu tenho confiança de dormir com a minha janela aberta, não sei daqui para frente, mas até agora eu tenho. Então eu não quero mudar, entendeu? E nem quero trocar de profissão, que é ser pescador. Eu ouvi dizer, não chegou para a gente ainda, a proposta de tirar a gente de Maria Ortiz ou inserir a gente em outra profissão, né? Isso aí não chegou ainda, mas pelo o que está encaminhando, eles vão querer oferecer para gente algo do tipo. Mas eu não quero trocar, eu escolhi essa (vida), criei minha família toda nessa produção, né? Até o prefeito de Colatina falou que nós não temos futuro como pescador, mas creio eu que, eu posso até não ter futuro, mas eu tenho valores familiares, porque essa profissão nossa, como pescador, não vem de agora não, vem desde o começo do século, pescador é história. (Luis) ⁵⁰

Contudo, o rejeito não provocou frestas somente na memória dos pescadores, também está alterando as relações sociais estabelecidas no interno da comunidade. De acordo com Luis “há também um aumento na incidência de conflitos internos na comunidade”, não somente por conta da falta que a pesca faz no cotidiano, mas também por discordâncias sobre como e quem deve receber o auxílio pago pela Samarco. Tais conflitos criaram, segundo Luis, uma zona de desconfiança entre os pescadores.

⁴⁹ Depoimento de Ione, em entrevista concedida à Bianca Pavan Piccoli e Leonardo Aranha Nunes, 13 de abril de 2016. Acervo do LEMM/UFES.

⁵⁰ Depoimento de Luis, em entrevista concedida à Douglas Santos e Leonardo Aranha Nunes, 14 de abril de 2016. Acervo do LEMM/UFES.

Até porque, entre os valores que estão sendo pagos aos pescadores, se comparados ao ganho e aos investimentos que eles afirmavam obter, há muita diferença. E tais investimentos e retornos eram individuais ou rendas familiares, portanto, se apresentam de forma assimétrica na comunidade. Para exemplo, o velho pescador Jonas diz ter investido cerca de R\$ 40.000,00 em equipamentos de pesca em 2015, pouco antes do período de defeso. Como poderá ele ter retorno desse investimento, se “não há mais peixe algum em Maria Ortiz”, conforme sua narrativa. Ele conta que nesse período pós defeso pescava-se até 250kg de manjubinha (sardinha) em um dia, que era vendida por cerca de R\$ 5,00 a R\$ 10,00 o quilo.

Enquanto barcos e canoas permanecem parados nas margens do Doce, alguns moradores sonham com justiça e a criação de uma legislação que ao menos lhes garanta o livre acesso às águas das lagoas da região. Acreditam que seria uma garantia de um futuro como pescador, isto porque os proprietários de terras onde se localizam estas lagoas não permitem o livre acesso até elas. Sobre esta legislação, explica o pescador Luis: “esperamos essa posição do Estado, e a punição da empresa Samarco”⁵¹.

Foto 11: Barcos ancorados e pescadores aguardando uma solução



Arquivo GIAIA/LEMM⁵²

Nossa experiência de trabalho de campo em Maria Ortiz foi muito enriquecedora; a simplicidade dos ribeirinhos que lá vivem nos mostra que a relação com a terra e com os bens naturais se dá de uma forma muito próxima. A relação econômica, social e cultural

⁵¹ Entrevista concedida à Douglas Santos e Leonardo Aranha Nunes, 14 de abril de 2016. Acervo do LEMM/UFES.

⁵² Maria Ortiz – Colatina/ES. Fotografia produzida em 13 de abril de 2016.

das famílias acontece num sentido de pertença. Ali, percebemos um lugar onde a pesca, os anseios e as perspectivas futuras são muito próximos.

Sentimos em Maria Ortiz que a vida poderia seguir por muitos anos no mesmo ritmo. Mas “grandes empreendimentos”, que sob a justificativa do “desenvolvimento” e do “progresso” atuam sem atender exigências ambientais, colocam em risco a existência de pessoas e do meio ambiente. Metaforicamente arrombam portas e entram sem deixar escolhas.

4.4. Regência

Regência, localizada na foz do Doce, era constituída por uma comunidade cujas atividades cotidianas eram ordenadas pela pesca artesanal e o turismo até o dia 05 de novembro de 2015. Era também reserva de desova de tartarugas marinhas. No dia 21 de novembro, data em que os rejeitos chegaram à foz atingindo o oceano, pescadores e moradores elaboraram um ritual de despedida acompanhando o movimento do rejeito em barco⁵³.

Até então, uma simbiose constituía a vida do lugar. Moradores, surfistas e turistas mantinham, há longos anos, atividades ordenadas pelos movimentos da maré, pelos festejos tradicionais realizados com a participação de grupos folclóricos da região e a comercialização de pescado. Tanto que Regência foi ponto de convergência de grande número de pessoas articulando protestos contra o desastre ambiental.

O Doce para os moradores de Regência, além de fonte de renda, garantia o lazer e entretenimento, os laços da comunidade com a natureza local. Lá observamos que, além de preservação e consciência ambiental, há preocupação com a limpeza dos espaços coletivos. Segundo duas moradoras entrevistadas no dia 20 de maio de 2016, Raquel e Gabriela, a preservação do meio ambiente e a limpeza da vila estão associadas às atividades de educação ambiental mediadas pelo Projeto Tamar - Projeto Tartaruga Marinha.

⁵³ Jornal Folha de São Paulo edição on line. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1709414-lama-de-mariana-chega-ao-mar-do-es-com-protesto-de-moradores.shtml> Acesso julho de 2016.

Foto 12: Cultura e fé na Igreja Católica de Regência



Arquivo GIAIA/LEMM⁵⁴

Entre as expedições que realizamos no baixo rio Doce, uma aconteceu no mês de abril, completando seis meses do desastre ambiental. No dia em que chegamos à Regência, a única entrada que dá acesso a comunidade estava interrompida, havia muitas faixas de protesto, a tenda da Samarco (utilizada antes para os atendimentos sociais) tomada por manifestantes: moradores de Regência, entre tantos, comerciantes, pescadores, estudantes, trabalhadores autônomos e trabalhadores em geral; havia no local aproximadamente 150 pessoas, que se movimentavam em meio a muito barulho. Eles reivindicavam a atenção da empresa para todos os moradores da comunidade diante da situação relacionada ao rio Doce sujo, impossibilitado de ser usado; diante do fato, exigiam providências emergenciais da empresa, visto que a comunidade está afetada principalmente no que diz respeito à economia local.

Esta manifestação seguia a trajetória das reivindicações do primeiro protesto, o qual ocorreu em 20 de abril, e cujo o principal motivo está associado a questões ligadas ao reconhecimento de Regência como comunidade tradicional que é dependente direta e indiretamente do rio e do mar. Segundo os moradores e organizadores do movimento, a Samarco, está disponibilizando um “auxílio indenizatório”⁵⁵ somente aos pescadores registrados na Colônia de Pesca. Porém a população argumenta que todos os moradores de Regência estão envolvidos com atividades que foram afetadas e que dependiam direta e indiretamente do rio e ou do mar.

⁵⁴ Regência – Linhares/ES. Fotografia produzida em 07 de julho de 2016.

⁵⁵ Os entrevistados se referem ao Auxílio Financeiro Emergencial como auxílio indenizatório.

O protesto ocorreu no dia 28 de abril impulsionado pela decisão da Samarco de retirar o último material usado pela empresa contratada para a retenção do rejeito da comunidade. Tal ato foi interpretado pelos moradores como descaso, pois já aguardavam resposta da empresa que se mantinha calada até o momento; e, portanto, o abandono da empresa era visto como resposta definitiva: a vila estaria por conta própria a partir daquela data.

A comunidade pesqueira, situada na margem direita da foz do rio Doce, comercializava o pescado para turistas e intermediários, e, às vezes, em outros locais, como Rio Bananal, Nova Venécia e Vitória. Em Regência, o tipo de pescaria era realizado segundo o porte de embarcações. As de médio porte praticavam a pesca de arrasto, visando principalmente a captura de camarão. A duração média dos arrastos era de 2 horas, sendo realizados quatro lances por dia. O outro tipo de pescaria era o das embarcações de pequeno porte.

Maria, universitária de 29 anos, em entrevista no dia 28 de abril de 2016, explica que os moradores da vila se encontram em grande dificuldade financeira: os comerciantes e pescadores perderam seus principais consumidores, instalou-se o desemprego. Além disso, a atividade turística foi extinta após a chegada dos rejeitos. Eram muitos os serviços que movimentavam a economia de Regência: faxina para as pousadas e residências de turistas, estética, limpeza de pescado. Neste sentido, a narrativa do pescador José ilumina passado e presente de Regência e a relação com o suporte da Samarco:

Só de pesca eu tenho mais de uns 40 anos. Desde menino eu pesco. Eu me criei com meu pai, e vivia com meu pai que era pescador, nós vivíamos da pesca. Aqui nunca teve emprego, todo mundo vivia de pesca, agora que tem ali o projeto (Tamar), mas ali bota três, quatro (pessoas). E agora estão todos aí parados. Vamos ver o que que vai dar. Os meninos aqui vão lá colocar os nossos nomes lá de novo. E eu só fico esperando, dizem que a mulher (da Samarco) está vindo para trazer uns cartão.⁵⁶

⁵⁶ Depoimento de José, em entrevista concedida à Bianca Pavan Piccoli, 29 de abril de 2016. Acervo do LEMM/UFES.

Foto 13: A chegada dos rejeitos trouxe consigo dificuldades no comércio local



Arquivo GIAIA/LEMM⁵⁷

Completando a fala de José, e Joana, natural de Regência, casada e mãe de três filhos, nos relatou que a vida da família no período anterior ao rompimento da barragem tinha o Doce como elemento de orientação do cotidiano. De modo que garantia também lazer e entretenimento. Mesmo sem ser pescadora, para Joana o rio era fonte de renda:

Sempre trabalhei com a pesca. Quando não limpava camarão, no final de semana que não tinha nada para fazer, ia com minha prima pescar no porto. Se a gente não tivesse como comprar alguma coisa, a gente ia pescar e aquele pescado a gente comia. Antes eu fazia o meu dinheirinho com o camarão, o filé de peixe. Eu tirava (ganhava no camarão) limpo R\$ 1,50. Eu fazia vinte quilos por dia. Quando desceu isso (o rejeito).⁵⁸

Sobre o futuro e o suporte financeiro fornecido pelo Samarco, Joana sente desesperança e medo – sentimentos já expressos por outros ribeirinhos durante nossas pesquisas de campo:

Ajudou bastante esse benefício, mas não tanto, porque o dinheiro que eles estão pagando a gente não vai limpar o rio, não vai salvar o rio, né? Isso daí (o benefício) ajudou por quê? Por que se não fosse isso daí como que iríamos sobreviver? Como a água mineral, que é comprada. Lá em casa em uma semana eu gasto uns dois galões de água mineral. E olha que eu nem cozinho com a água mineral, eu cozinho com a água que vem da rua, né?, que é do rio, que eu descobri que eles estão ligando a bomba durante a noite, e está vindo água do rio também. Utilizando esta água eu fiquei até com medo, até queria comprar mais água para poder cozinhar. Muitos estão cozinhando com a água mineral.⁵⁹

⁵⁷ Regência – Linhares/ES. Fotografia produzida em 05 de maio de 2016.

⁵⁸ Depoimento de Joana, em entrevista concedida à Bianca Pavan Piccoli, 29 de abril de 2016. Acervo do LEMM/UFES

⁵⁹ Depoimento de Joana, em entrevista concedida à Bianca Pavan Piccoli, 29 de abril de 2016. Acervo do LEMM/UFES

A desesperança, a imprevisibilidade e incerteza sobre o futuro instaladas neste cotidiano se expressam na imagem do ribeirinho. Solitários em suas perdas, dependentes de ajuda institucional da prefeitura ou da Samarco, muitos declaram-se derrotados diante do contexto. É com o peso deste sentimento revelado por Eliana Maria que encerramos nossa segunda fase de pesquisa no Doce:

Nossa, está difícil. Porque a gente não tem nem uma coisa certa para falar para eles (os filhos). Infelizmente nós perdemos. Quem vivia para surfar não surfa mais, porque não pode surfar. Meu filho tem dezoito anos, estava começando agora como surfista e ninguém está dando apoio para eles, nem a Samarco nem Prefeitura, a gente não tem o que falar com eles. Esses dias eu levei minha filha para passear na praia, lá tinha um riozinho que eu aproveitava para tomar banho. Ela queria entrar para tomar banho, eu falei que não podia porque a água estava suja. Ela simplesmente virou para mim e falou assim: “não mãe, a água não está suja não, Deus está dodói”. Nossa!, foi muito triste ouvir isso e era a única coisa que a gente tinha para fazer em férias, no final de semana. A diversão deles era aquilo ali, a gente não tem parquinho para levar as crianças aqui, a gente não tem nenhuma área de lazer para crianças. A única coisa que a gente tem aqui é a praça, mas a praça não tem nada para que eles possam curtir o dia. Perdemos.⁶⁰

A narrativa de Eliana Maria demonstra como os moradores de Regência vivenciam um processo de desorganização de suas identidades, no qual suas práticas sociais, culturais e econômicas estão desestruturadas. Na comunidade, o rio e o mar faziam parte direta ou indiretamente de seus cotidianos. Meses após o rompimento da barragem o que permanece é o rejeito e o medo e a incerteza sobre o futuro.

5. Relato incomum: Ribeirinhos e a sobrevivência

A partir de novembro de 2015 as comunidades ribeirinhas do rio Doce mergulharam num mar de dúvidas e de incertezas. Desde então, moradores de Mascarenhas, de Itapina, de Maria Ortiz e de Regência vivenciam momentos em comuns: na tentativa de garantir recurso mínimo para sobreviver buscam estratégias variadas, visto que seus meios de sobrevivência estão alterados. Muitos vivem um dilema envolvendo direitos sociais, no qual a principal necessidade é garantir o reconhecimento da Samarco em relação às suas dependências econômicas diretas advindas da renda com o rio Doce.⁶¹

Neste contexto social, declaram serem pescadores artesanais na tentativa de inclusão por parte da Samarco no processo indenizatório. Há aqueles cujos rendimentos eram resultantes

⁶⁰ Depoimento de Eliana Maria, em entrevista concedida à Bianca Pavan Piccoli, 10 de maio de 2016. Acervo do LEMM/UFES.

⁶¹ Os ribeirinhos se colocam numa condição de incertezas diante da questão socioeconômica e ambiental com a passagem do rejeito. Porém, com a tragédia, evidenciou-se a degradação do rio que já vinha ocorrendo, acentuando a percepção deles diante desta questão: sempre experimentaram abusos de uso do recurso, e apesar da degradação, nada vinha sendo efetivamente feito para a recuperação do Doce. Ao contrário, diversos atores na ocupação das margens da bacia hidrográfica vinham agindo, antes do rompimento da barragem, com negligência na utilização do solo (CARVALHO, 2008). Os ribeirinhos ainda afirmam: os problemas que mais ameaçavam a pesca nestas comunidades eram a escassez de recursos pesqueiros, devido a ações como a pesca predatória, o represamento e o assoreamento dos rios, o desmatamento das matas ciliares e a introdução de espécies exóticas.

diretamente da pesca e outros indiretamente, compondo uma cadeia produtiva que envolvia inúmeras pessoas e diferentes atividades. Inclusive com alguns membros de uma única família estabelecendo elos nesta rede produtiva.

Mas o Doce não era somente uma fonte de renda, dele também dependiam complemento nutricional e lugar de lazer e do simbólico. Entre os moradores das quatro comunidades do Baixo rio Doce pesquisadas, observamos diferentes dimensões – que compõem a história social, econômica e cultural dos lugares – fornecendo características únicas destes lugares.

Neste sentido, a percepção e o significado desta tragédia se diferenciam dada à dramaticidade da situação vivenciada. Para aqueles cujo dia a dia era vivido dentro de um barco a remo pescando para ganhar o pão de cada dia, não mais ter a possibilidade provisória ou permanente de atuar no seu ambiente se constitui numa realidade muito mais complexa e insegura. Para este sujeito, seu sentido social, cultural e econômico está em xeque.

Figura 19: Das Minas Gerais ao café do baixo Doce as marcas da exploração do minério



Ilustração Artur Monteiro⁶²

Esta é uma situação que se reveste de outra significação para o sujeito que encontra ancoragem em outras possibilidades de realização no cotidiano. Mas este fato não mitiga o impacto social, psicológico e cultural provocado pela tragédia criada pela Samarco, porque ainda assim o coloca em diferentes perspectivas de senti-lo e de vivenciá-lo.

⁶² GIAIA. 20 de janeiro de 2016

Por fim percebemos que a pesca, o lazer e o turismo interrompidos, a água poluída e a restrição diante de informações, provocam incerteza quanto ao futuro dos ribeirinhos, pois neste contexto atual seus modos de vida, seus costumes e suas identidades construídas ao longo dessa trajetória de vida – à beira de um rio que já foi chamado pelos indígenas de Watu, “rio largo” – estão comprometidos.

6. À guisa de conclusão

Realizamos entrevistas de histórias de vida e produzimos imagens, à medida do autorizado, de artefatos, de pessoas e de lugares que são referência para nossos entrevistados. Mas nosso propósito é a manutenção desta pesquisa com vista a construir um acervo imagético de objetos pessoais e fotografias de valor simbólico para as famílias de ribeirinhos, conservadas por filhos e netos ao longo de gerações, com vistas a constituir o acervo histórico do inventário sociocultural e antropológico da memória do rio Doce. Bem como, acompanhar em curto, médio e longo prazos os processos de mobilidade humana, em decorrência da tragédia provocada pelo rompimento das barragens de rejeitos da Samarco Mineradora em Mariana, nas comunidades ribeirinhas de Mascarenhas (Baixo Guandu-ES), e de Itapina, Maria Ortiz e Barbados (Colatina, ES).

Considerando que a presente pesquisa envolve percepção, constatamos que ao longo de nossa trajetória de pesquisa de campo, esteve presente a afetividade humana com o rio Doce. Tal sentimento era percebido nas narrativas que envolviam referências às relações sociais e culturais. Entre os depoimentos das últimas expedições a campo, mais precisamente após seis meses do rompimento da barragem, vale destacar o silêncio de vários moradores, desorientados que estão com o desastre ambiental.

Uma imagem que dá significado a este processo de silêncio é a do barqueiro de Itapina. Sentado no banquinho colorido na centenária barca do rio Doce, cumpre hora de trabalho sem trabalho, de uma atividade que deixou de existir para ele desde o rompimento da barragem. No banquinho permanece observando as garrafas de água coletadas cuidadosamente antes, durante e depois da passagem do rejeito.

Tal silêncio também revela uma situação de trauma e de solidão muitas vezes percebida nesta pesquisa de campo. Ribeirinhos – muitos filhos e netos de nativos e de imigrantes que permanecem residindo no local de assentamento de antepassados –, experienciam no presente uma situação de parcial isolamento socioeconômico. Passado o momento de comoção nacional e internacional, resultado do desastre socioambiental provocado pela Samarco, a luta dos ribeirinhos do Doce permanece.

Foto 14: Tronco de árvore arrastado pela força da onda de rejeito em Regência



Arquivo. GIAIA/LEMM⁶³

São eles os protagonistas principais dos efeitos de disputas judiciais, descaso institucional e empresarial. Assim, para nós pesquisadores, este relatório é princípio. Como resultado de uma proposta coletiva que une professores e estudantes universitários e o GIAIA, esta pesquisa gera como proposição uma declaração futura: a de acompanhar a trajetória destes protagonistas e se apresentar como uma possibilidade mediadora para amplificar a voz de seus sentimentos de perda e de reconstrução do Doce. Neste sentido, entendemos que a realização desta fase da pesquisa possibilitou produção e acompanhamento empírico e conceitual da experiência de famílias residentes às margens do rio Doce.

⁶³ Regência – Linhares/ES. Fotografia produzida em 07 de maio de 2016.

7. REFERÊNCIAS

ANA. Disponível em: <[http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Bacia Doce /MapaRioDoce.pdf](http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Bacia%20Doce/MapaRioDoce.pdf)>. Acesso em: 05/04/2016 às 15h e 32min.

CARVALHO, Daniel Cardoso de et al. **Identificação molecular de peixes: o caso do Surubim** (*Pseudoplatystoma* spp.). Dna Barcoding: Uma Ferramenta de Apoio Molecular Para Identificação de Espécies de Peixes, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p.215-219, 01 out. 2008.

CBH-DOCE. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio doce.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, senso 2010).

Gazeta Online. Disponível em: < [http://www.gazetaonline.com.br/conteudo/2016/02 /noticias/cidades/3931285-piracema-termina-mas-pesca-continua-proibida-no-rio-doce.html](http://www.gazetaonline.com.br/conteudo/2016/02/noticias/cidades/3931285-piracema-termina-mas-pesca-continua-proibida-no-rio-doce.html)>. Acesso em: 17/04/2016 às 15h e 44min.

GIAIA. **Relatório Técnico: Determinação de metais na bacia do rio Doce**. Maio de 2016. Colatina Online. Disponível em: < [http://www.colatina.es.gov.br/acidade /?pagina=historia&item=3](http://www.colatina.es.gov.br/acidade/?pagina=historia&item=3)>. Acesso em: 30/04/2016 às 14h e 13min.

Governo do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.es.gov.br/EspiritoSanto/paginas/colonizacao.aspx>> Acesso em: 16/07/2016 às 16h 34min.
MARANDOLA Jr, Eduardo. **Fenomenologia e Pós-Fenomenologia: Alternâncias e Projeções do Fazer Geográfico Humanista na Geografia Contemporânea**. Disponível em: <<http://www.uff.br/posarq/geograficidade/revista/index.php/geograficidade/article/view/123/pdf>>. Acesso em: 10/08/2016 às 20h e 32min.

Marcus Vinícius Polignano. Entrevista a edição online do jornal El País Brasil. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/14/politica/1447510027_501075.html>. Acesso em: 12/05/2016, 17h 37min.

MARQUES, Bruno da Silva. BELEI, Frederico. SAMPAIO, Wagner Martins Santana. ICTIOFAUNA DO BAIXO RIO MANHUAÇU (BACIA DO MÉDIO RIO DOCE) ICHTHYOFAUNA OF THE LOWER MANHUAÇU RIVER (MIDDLE DOCE RIVER BASIN). **Evolução e Conservação da Biodiversidade**. Rio Paranaíba, v. 4, n. 1, ago./dez 2013.

OLIVEIRA, Daniele Nascimento. **Etnoecologia em comunidades de pescadores do vale do rio Doce**. Colatina-ES, Brasil. Dezembro de 2011.

PINHEIRO, H.T. & JOYEUX, J. PESCARIAS MULTI-ESPECÍFICAS NA REGIÃO DA FOZ DO RIO DOCE, ES, BRASIL: CARACTERÍSTICAS, PROBLEMAS E OPÇÕES PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL. **Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology – BJASt**, v. 11(2): 15-23.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Maratona do Saber. Colatina: SMEC, 1990.

RAFAEL, Herbert Miguel Angel Maturano. **Análise do Potencial de Liquefação de uma Barragem de Rejeito**; PUC Rio de Janeiro, 2012.

REIGOTTA, M. (org.) **Verde cotidiano – O ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DPA, 2001. p.21.

ROSENTHAL, Paul-André. **Construir o macro pelo micro: Frederik Barth e a microstoria**. In REVEL, Jacques (Org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo. Difel. 1983.

WHITE, Anne. **Guidelines for Field studies in environmental percepction**. Thecnical Notes 5. Paris. Unesco. 1977.

Repórter Paulo Maciel. Disponível em: <<http://reporterpaulomaciel.blogspot.com.br/2009/12/historia-de-colatina-princesa-do-norte.html>>. Acesso em: 24/05/2016 às 16h e 21min.



Realização:

LEMM
Laboratório de Estudos do Movimento Migratório

LEIDETEC

